



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA



FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
ESPECIALIZAÇÃO EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO E DIREITO À CIDADE
RESIDÊNCIA PROFISSIONAL EM ARQUITETURA, URBANISMO E ENGENHARIA

Trabalho de Conclusão

Ocupação Guerreira Maria Felipa: A experiência do espaço coletivo na melhoria da moradia

Vanessa de Amorim Dantas, Arquiteta e Urbanista, Profissional Residente AU+E/UFBA
Prof. Me. Carlos Alberto Andrade Bomfim- Tutor

Trabalho apresentado ao Curso de Especialização em Assistência Técnica. Habitação e Direito à Cidade, como requisito de conclusão do curso, para obtenção do título de especialista e implantação do projeto experimental de Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da Universidade Federal da Bahia, integrado ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Faculdade de Arquitetura, com apoio da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia.

SALVADOR/BA
Dezembro de 2018

CRÉDITOS DA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA

Autoria:

Vanessa de Amorim Dantas, Arquiteta e Urbanista - Profissional Residente AU+E/UFBA
Prof. Me. Carlos Alberto Andrade Bomfim - Tutor

Colaboração:

Profª. Dra. Thaís Troncon Rosa
Ludmila Regina Vale da Conceição
Rodrigo Machado
Taiane de Cerqueira Moreira
Larissa Moraes (Estagiária)
Leonardo Stanziola (Bolsista PaexDOC)
Gabriela (Bolsista PaexDOC)

Apoio:

Movimento dos Sem Teto da Bahia (MSTB)

SESSÃO DE AVALIAÇÃO DO TRABALHO FINAL DE ASSISTENCIA TÉCNICA:

Data: 12 de novembro de 2018

Local: Residência AU+E - Faculdade de Arquitetura/UFBA

Residente: Vanessa de Amorim Dantas, Arquiteta e Urbanista - Profissional Residente AU+E/UFBA

Título: Ocupação Guerreira Maria Felipa: A experiência do espaço coletivo na melhoria da moradia

Membros da Banca:

Tutor(a): Prof. Arqtº.Me.Carlos Alberto Andrade Bomfim (Residência AU+E/UFBA)

Membro Interno: Prof. Arqtº.Daniel Marostegan e Carneiro (Residência AU+E/UFBA)

Membro Externo: Urbª.Mestranda. Débora Marques da Silva Araújo(PPGAU/UFBA)

Representantes da Comunidade:

Maria Lucianne Lobato Ferreira (Lôra), liderança da Ocupação Guerreira Maria Felipa e coordenadora estadual do MSTB

Representantes institucionais:

Wagner Moreira Campos, Bacharel em Direito, Doutorando em Arquitetura e Urbanismo - Coordenador do IDEAS - Assessoria Popular

RESUMO

O presente trabalho é o resultado da assistência técnica, desenvolvida nos anos de 2017 e 2018, como atuação prática que constitui o Curso de Especialização em Assistência Técnica para Habitação e Direito à Cidade – Residência AU+E/UFBA em sua terceira turma. Teve por objetivo promover a formação e capacitação dos moradores da Ocupação Guerreira Maria Felipa, a fim de desenvolver autonomia individual e coletiva, visando ampliar e garantir os direitos sociais e urbanos conforme preconiza a CF/1988 e o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), por meio da assistência técnica interdisciplinar como prescrito na Lei nº 11.888/2008. A Ocupação faz parte do núcleo Força e Luta do Movimento dos Sem Teto da Bahia (MSTB), e fica localizada no bairro Jardim das Margaridas em Salvador, um bairro que se tornou zona urbana de Salvador a partir do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) lei nº 7.400/2008.

A equipe de trabalho composta por Engenheira Ambiental e Sanitarista, Assistente Social, Arquiteto Urbanista, Urbanista e Arquiteta Urbanista, agiu na Ocupação Guerreira Maria Felipa a partir de demandas apresentadas pelos moradores em um eixo coletivo, a Educação Não-Formal, subdividido em cinco individuais abraçados por cada residente, respectivamente, Saneamento Ambiental, Geração de Renda, Regularização Fundiária, Questões Urbanas e Espaços Comuns. Este trabalho trata inicialmente dos aspectos trabalhados coletivamente, para em seguida abordar diagnósticos, objetivos e propostas do eixo Espaços Comuns. A metodologia fundamentou-se na participação comunitária, as principais atividades foram a elaboração do diagnóstico por meio de levantamento de dados primários, visitas de campo, oficinas, ações educativas, assim como, atividades lúdicas e práticas.

As propostas de intervenção do eixo específico buscaram mapear os espaços com potencial de apropriação pelos moradores, para promover de forma prática, incentivando a autonomia, intervenções para estruturar e consolidar os espaços de uso coletivo, com objetivo de melhorar a condição de moradia, ampliar as relações sociais, trazer mais atividades de lazer, geração de renda e educação, traçando também diretrizes para esses espaços potenciais tendo a experiência prática como exemplo incentivador.

Palavras-chave: Educação, Assistência Técnica, Movimento dos Sem Teto da Bahia, Participação, Espaço comum.

ABSTRACT

The present work is the result of technical assistance, developed in the years 2017 and 2018, as a practical action that constitutes the Specialization Course in Technical Assistance for Housing and the Right to the City - Residence AU + E / UFBA in its third class. The objective was to promote the training and qualification of the dwellers of the Warrior Maria Felipa Occupation, in order to develop individual and collective autonomy, aiming at broadening and guaranteeing social and urban rights as recommended by Federal Constitution of 1988 and Statute of the City (Law No. 10,257/2001) , through interdisciplinary technical assistance as prescribed in Law No. 11888/2008. The Occupation is part of the core Strength and Struggle of the Homeless Movement of Bahia (MSTB) and is located in the neighborhood Jardim das Margaridas in Salvador, a neighborhood that became part of the urban zone of Salvador in the Urban Development Master Plan (PDDU) Law No. 7,400/2008.

The work team composed of an Environmental and Sanitary Engineer, a Social Worker, an Urbanist Architect, an Urbanist and an Urbanistic Architect, acted in the Warrior Maria Felipa Occupation based on demands presented by the residents in a collective axis, Non-Formal Education, subdivided into five individual axis embraced by each resident, respectively, Environmental Sanitation, Generation of Income, Land Regularization, Urban Issues and Common Spaces. This paper initially deals with aspects that have been worked on collectively, and then discusses diagnoses, objectives, and proposals of the Common Spaces axis. The methodology was based on community participation, the main activities were the elaboration of the diagnosis through primary data collection, field visits, workshops, educational actions, as well as ludic and practical activities.

The intervention proposals sought to map the spaces with potential of appropriation by the residents, to promote, in a practical way, encouraging autonomy, interventions to structure and consolidate spaces of collective use, with the aim of improving housing conditions, expanding social relations, bring more leisure activities, income generation and education, also drawing guidelines for these potential spaces having practical experience as an incentive example

Key words: Education, Technical Assistance, Movement of the Homeless of Bahia, Participation, Common Spaces.

LISTA DE SIGLAS

BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNH - Banco Nacional da Habitação
CIA - Centro Industrial de Aratu
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DPU Bartlett Development Planning Unit da Universidade de Londres
EDUFBA - Editora da Universidade Federal da Bahia
EJA - Educação para Jovens e Adultos
EPUCS - Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador
FAUFBA - Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia
HIS - Habitação de Interesse Social
IAPI - Instituto de Aposentados e Pensionistas da Indústria
IDEAS Assessoria Popular - Instituto de Desenvolvimento e Ações Sociais
MDF - Movimento de Defesa dos Favelados
MEI - Microempreendedor Individual
MP-BA - Ministério Público do Estado da Bahia
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSTB - Movimento Sem Teto da Bahia
MSTS - Movimento dos Sem Teto de Salvador
MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PAC-UAP - Programa de Aceleração do Crescimento Urbanização de Assentamentos Precários
PaexDOC - Programa de Apoio à Extensão Docente
PDDU - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador
PEDRMS - Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador
PIB - Produto Interno Bruto
PLANDURB - Plano de Desenvolvimento Urbano de Salvador
PMCMV - Programa Minha Casa, Minha Vida
PNAD - Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios
PNH - Plano Nacional de Habitação
PROEJA - Programa de Educação Jovens e Adultos
PROSUB - Educação Profissional Subsequente ao Ensino Médio
RAU+E - Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo, Engenharia e afins
SEMOB - Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana
SNHIS - Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
SRT - Serviço de Residência Terapêutica
SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUS - Sistema Único de Saúde
TFG - Trabalho Final de Graduação
UFBA - Universidade Federal da Bahia
VLT - Veículo Leve sobre Trilhos

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 - Entrada do Casarão da Ocupação Guerreira Maria Felipa
Figura 2- Croqui da implantação da Ocupação Guerreira Maria Felipa
Figura 3 - Cemitério Clandestino noticiado em Jornais
Figura 4 - Mapa de Localização da Ocupação Guerreira Maria Felipa
Figura 5 - Moradores na Oficina do Mapeamento
Figura 6 - Panfleto
Figura 7 - Visão frontal do Casarão
Figura 8 - Implantação da Ocupação Guerreira Maria Felipa
Figura 9 - Implantação da Ocupação Guerreira Maria Felipa
Figura 10 - Gráfico de moradores por idade e gênero
Figura 11 - Gráfico Escolaridade da população da Guerreira Maria Felipa
Figura 12 - Situação do Casarão na primeira visita da RAU+E à Ocupação
Figura 13 - Esquema com identificação das atividades realizadas no território da Guerreira Maria Felipa
Figura 14 - Tipologia das unidades habitacionais
Figura 15 - Panfleto utilizado para divulgar a Oficina da Cartografia na Ocupação
Figura 16- Símbolos utilizados para representar as questões propostas na Oficina de Cartografia
Figura 17- Mapa ilustrativo da configuração espacial da Ocupação Guerreira Maria Felipa
Figura 18 - Aproximação de moradores com o mapa
Figura 19- Mesa com grupo das questões relacionadas à saneamento trabalho e renda
Figura 20- Marcações feita sobre o papel manteiga na Oficina da Cartografia.
Figura 21 - Itens da Cesta Básica segundo o DIEESE, Bahia integrando a Região
Figura 22 - Tabela construída com os moradores com base na tabela do DIEESE
Figura 23 - Oficina Moradia é só Casa?
Figura 24 - Materiais usados na Oficina O que queremos para o Casarão?
Figura 25 - Mapa dos Desejos
Figura 26 - Moradores na Ação Educativa de Saneamento Básico
Figura 27 - Resultados da Ação Educativa de Saneamento Básico
Figura 28 - Ação Educativa Espaços Comuns
Figura 29 - Ação Educativa Regularização Fundiária
Figura 30 - Ação Educativa Espaços Comuns
Figura 31 - Ação Educativa Geração de Renda
Figura 32 - Banda do Circuito Cultural Música
Figura 33- Imagem da lateral do Casarão com citação de moradora da Ocupação
Figura 34- Imagem da animação Consciente Coletivo Instituto Akatu
Figura 35- Exibição do filme no Circuito Cultural Cinema
Figura 36 - Separação de pneus para construção do Mão na Massa
Figura 37 - Crianças participando da construção do Mão na Massa
Figura 38 - Construção do Mão na Massa
Figura 39 - Finalização da construção Mão na Massa
Figura 40 - Mutirão para cobertura do Casarão
Figura 41 - Casarão coberto
Figura 42 - Planta Baixa- Casarão
Figura 43- Perspectiva do Espaço multiuso
Figura 44- Perspectiva da Brinquedoteca
Figura 45 - Perspectiva da Sala de costura
Figura 46- Perspectiva da Biblioteca

Figura 47- Perspectiva da Biblioteca
Figura 48- Perspectiva da Sala para cursos
Figura 49 - Perspectiva da Cozinha
Figura 50- Perspectiva da Área Externa
Figura 51- Perspectiva da proposta para o Casarão
Figura 52- Ideias apresentadas na Ação Educativa para os Espaços Comuns
Figura 53 - Local da implantação
Figura 54- Simulação das ideias no território
Figura 55- O espaço de convivência
Figura 56- O balanço
Figura 57- Espaços potencias

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Responsável pelo lar por gênero e número de moradores por casa
Tabela 2 - Cor de pele dos moradores
Tabela 3 - Moradores que sabem ler e escrever na Ocupação
Tabela 4 - Moradores que estudam ou não estudam por faixa etária na Ocupação.

Identificação da Ocupação

Ocupação Guerreira Maria Felipa

Nome do bairro e localidade

Jardim das Margaridas, Salvador - Bahia

Nome da(s) Associação(ções) Parceira(s), Personalidade Jurídica, cópia de inscrição

MSTB - Movimento Sem Teto da Bahia; IDEAS Assessoria Popular - Instituto de Desenvolvimento e Ações Sociais; CNPJ: 27.357.478/0001-20; Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia - Departamento de Engenharia de Agrimensura e Cartográfica.

Endereço completo e Telefone/E-mail/ Website/ Blog da(s) Associação(ções)

IDEAS Assessoria Popular - Ladeira dos Barris, nº145, Barris, Salvador, Bahia. CEP 40070310, Brasil. Telefone de contato: (71) 93654762 / (71) 87745053

Nome e função do representante legal, cópia da identidade, ata de indicação e principais lideranças para contato

Wagner Moreira Campos: Coordenador Estadual do MSTB, Bacharel em Direito, Representante do MSTB e do IDEAS

Maria Lucienne Lobato Ferreira (Lora): Coordenadora Estadual do MSTB e da Ocupação Guerreira Maria Felipa.

Iuri Falcão Xavier Mota: Advogado, Representante do IDEAS e Assessor Jurídico de Movimentos Sociais.

Sumário

1.	Introdução	11
2.	A assistência técnica.....	16
3.	Identificação da ocupação	17
3.1.	Histórico	17
3.2.	Aproximação.....	22
3.3.	Diagnóstico geral	24
3.3.1.	Diagnóstico no âmbito da proposta individual	33
4.	Justificativa e objetivos	37
4.1.	No âmbito da proposta coletiva	37
4.1.1.	Objetivo	37
4.1.2.	Justificativa.....	37
4.2.	No âmbito da proposta individual.....	38
4.2.1.	Objetivo	38
4.2.2.	Justificativa.....	39
5.	Ações no território.....	42
5.1.	Oficinas.....	43
5.1.1.	Oficina - cartografia	43
5.1.2.	Oficina - moradia é só casa?.....	48
5.1.3.	Oficina o que queremos para o casarão?.....	52
5.1.4.	Ações educativas - vamos pensar juntos?	53
a)	Ação educativa saneamento.....	54
b)	Ação educativa espaços comuns.....	56
c)	Ação educativa regularização fundiária	57
d)	Ação educativa questões urbanas	59
e)	Ação educativa geração de renda e trabalho.....	63
5.1.5.	Circuito cultural.....	65
a)	Música.....	65
b)	Cinema.....	67
5.1.6.	Mão na massa.....	70
6.	Proposições relativas à proposta individual	722
	Referências	844

1. INTRODUÇÃO

A moradia no Brasil e em Salvador perpassa a concretização do direito humano à moradia. O direito à moradia, segundo Silva (2006) *apud* Rangel e Silva (2009), pode ser entendido como “ocupar um lugar como residência; ocupar uma casa, apartamento etc., para nele habitar e residir com animus de permanência¹, na condição de recôndito para abrigar a família”. O direito à moradia faz parte da Convenção Internacional dos Direitos Humanos de 1948, no seu artigo 25. Ele também foi incluído no artigo 6º da Constituição Federal de 1988 no capítulo II que trata dos direitos sociais e posteriormente no Estatuto da Cidade, lei nº 10.257/2001. O Estatuto inclui o direito à moradia como uma das diretrizes a cidades sustentáveis², associando-o ao “pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana” em seu artigo 2º.

Entretanto este só ocorre quando existe o direito à cidade e se reflete sobre a integração das classes sociais consideradas marginalizadas e/ou excluídas da sociedade, consideradas frutos do crescimento econômico. Para Lefebvre, a concepção do direito à cidade não é um direito apenas de visitar os centros de cidades históricas, ou de o trabalhador passar o dia na cidade da qual foi expulso: trata-se de um direito à vida urbana transformada e renovada. O direito à cidade aponta para o fim das segregações, a reconquista da cidade pelas classes e grupos minoritários dela excluídos (LEFEBVRE, 2001). Nesse contexto, compreende-se que o direito de morar está diretamente ligado a utilizar e participar da produção das cidades de maneira mais justa, inclusivas, democráticas e sustentáveis, bem como os direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais estão incluídos no direito à cidade e garantem a promoção dos direitos humanos. (AMANAJÁS; KLUG, 2018)

Contudo, existe a décadas uma grande demanda da classe trabalhadora por moradia com boa localização e infraestrutura no Brasil. Nesse contexto, tem sido efetivadas políticas habitacionais que estão desconectadas das reais necessidades da população e que valorizam o aumento do produto interno bruto (PIB), da renda e do emprego para efetuarem a construção da cidade de maneira legal e formal. O problema fundamental na cidade capitalista é que a moradia e o solo urbano são tratados como mercadorias e, portanto, são bens comercializáveis. Por essa razão, o acesso à moradia e ao solo urbano passam a ser mediados pelas regras que definem o acesso e o uso da propriedade privada. E como

¹ Entende-se aqui animus de permanência como sendo a intenção de permanecer.

² “direito à moradia, ao saneamento básico, ao transporte e os serviços públicos, ao trabalho e ao lazer para todas as gerações” (BRASIL, 2001, art. 2º, inciso I)

qualquer mercadoria no capitalismo, a moradia e o solo urbano têm valor de uso e valor de troca (LEFEBVRE, 2001).

Apesar do que é previsto na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Cidade, no Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), no Plano Nacional de Habitação (PNH) e nos planos estaduais e locais de habitação de interesse social, que estabelecem orientações e buscam regularizar todas as formas de ilegalidade no que se refere à utilização e à ocupação do solo nos municípios. Claramente, identifica-se o aumento dos assentamentos irregulares, revelando que as iniciativas do Poder Público no cumprimento das leis que corroboram com a inclusão socioespacial, bem como a gestão das cidades de forma democrática não foram suficientes para solucionar a problemática habitacional (BRASIL, 2008).

De fato, enquanto as políticas habitacionais voltadas para Habitação de Interesse Social (HIS), forem utilizadas como mecanismos facilitadores para a reprodução do capital, não será possível a efetivação do direito humano à moradia no País. Os programas vêm sendo utilizados pelo governo federal como um instrumento voltado para a acumulação urbana, - como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) – quando se apropriam de parcelas significativas dos recursos públicos destinados às políticas habitacionais, que contribuíram para aumentar as dificuldades para a execução do direito à cidade (BRASIL, 2010).

Se olharmos para a história, veremos que a cidade de Salvador no século XVI, foi a última no modelo medieval fundada fora da Europa e é atualmente uma das maiores cidades do Brasil e da América Latina. De fato, terceira metrópole em número populacional e extensão urbana do País, ficando atrás apenas das metrópoles de São Paulo e do Rio de Janeiro. Uma cidade de extrema importância na história do Brasil, foi por dois séculos a capital da colônia portuguesa, sendo o centro político e administrativo. Seu porto marítimo foi nos dois primeiros séculos da Idade Moderna o mais importante do hemisfério Sul em trânsito de navios e fluxo de mercadorias. Porém, depois da mudança da capital portuguesa de Salvador para o Rio de Janeiro em meados do século XVIII, a cidade baiana entra em declínio econômico, seguido por uma diminuição no comércio da cana-de-açúcar, que passa por alterações do segmento econômico para a mineração e posteriormente, no século XIX, ao cultivo do café. Nas primeiras décadas do século XXI, a cidade de Salvador continua com a economia sem expressão no cenário nacional (BRASIL, 2010).

O Estado da Bahia, a partir de meados do século XX, inicia o desenvolvimento dos processos de industrialização e, conseqüentemente, o seu crescimento econômico, isso se

dá principalmente em Salvador e em seguida nas cidades que hoje compõem a sua região metropolitana. A cidade de Salvador começa a crescer sem o acompanhamento de uma política de planejamento que conseguisse conter o rápido crescimento demográfico, associado a uma crise financeira, ao aumento dos custos da terra urbana e a ausência de programas públicos de habitação voltados aos cidadãos de renda mais baixa, a consequência foi a rapidez do aparecimento das ocupações informais³ e de um déficit habitacional que ainda persiste.

De acordo com Barreto (2011), as primeiras “invasões” de Salvador surgiram nos anos 1940, chamadas assim, pois na época o termo era utilizado para os assentamentos, que eram considerados casos de polícia e seus ocupantes tratados como vândalos e marginais. São elas Corta Braço, hoje conhecida como Pero Vaz, Gengibirra que se tornou Vila Conceição e a Vila Rui Barbosa ou Alagados. Essas “invasões” eram vestígios de uma cidade agrícola e algumas se originaram de cortiços e mocambos. Este era um período em que a legislação urbanística era calcada na higiene, na aparência e no conforto ambiental fazendo com que apenas a cidade formal fosse validada pelo Poder Público. Considerando isto, no ano de 1942 houve o avanço na execução de um importante instrumento de gestão e planejamento, o Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador (EPUCS), que mesmo tendo contribuído para o planejamento urbano da Cidade, não foi largamente empregado, pois inexistiam condições materiais mínimas para fazê-lo (BARRETO, 2012; SAMPAIO, 2015).

Grandes transformações ocorreram nas décadas de 1950 e 1960 tanto no âmbito nacional, quanto regional e local, como a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), da Petrobrás, do Instituto de Aposentados e Pensionistas da Indústria (IAPI), da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), do Banco Nacional da Habitação (BNH) e do Centro Industrial de Aratu (CIA). Principalmente este último, gerou a abertura de vias, migrações de populações do interior para Salvador e expansão do fluxo urbano, com ênfase no uso do automóvel.

Houve uma ampliação da procura habitacional, porém os programas habitacionais da época eram massivamente voltados para famílias com renda mensal entre 3 e 5 salários mínimos,

³ Aqui entendemos Ocupações informais por Construções predominantemente autoconstruídas e precárias, feitas fora da legislação urbanística e edilícia, em áreas públicas ou particulares de terceiros, com precariedade de infraestrutura, por famílias de baixa renda. É a forma que essas famílias encontram para terem acesso à Terra urbana e construir suas moradias, já que não conseguem ser absorvidas pelo mercado imobiliário formal.

deixando aqueles com renda menor desprovidos do acesso ao mercado imobiliário formal. As “invasões” se espalharam pela orla marítima da Cidade, chegando às áreas mais ricas.

O Poder Público, a partir dos anos 1970, passou a flexibilizar suas ações com relação às “invasões”, deixando de expulsar as famílias para tentar agir fiscalizando e reassentando-as, porém, essa iniciativa não teve sucesso. A partir desse período, o termo utilizado para esse tipo de habitação passa a ser ocupação, que corresponde ao assentamento para fins de moradia, geralmente espontânea e gradativa, em que a edificação antecede a definição dos lotes e que foi adotado ao tratar desse tipo de assentamento neste trabalho (BARRETO, 2011).

O processo de planejamento iniciado pelo EPUCS, em 1978, foi dado continuidade com a instauração do Plano de Desenvolvimento Urbano de Salvador (PLANDURB), ambos instrumentos de planejamento que incorporaram o uso de modelos urbanísticos espaciais voltados para a ocupação e para a circulação na Cidade. Entretanto, a execução destes dois instrumentos de gestão e planejamento urbano: EPUCS e PLANDURB, foi quase nula e não evitou os problemas urbanos de Salvador, que continuaram a se expandir. Os aspectos ligados à habitação popular se destacavam entre as principais demandas da gestão política (BRASIL, 2008).

Principalmente o Subúrbio Ferroviário, que aumentou progressivamente seu número populacional nas três últimas décadas do século XX, novas tipologias e arranjos habitacionais começavam a surgir e a adensar-se. A geografia do relevo acidentado da cidade de Salvador, inclusive na Falha Geológica que divide a Cidade entre alta e baixa, não foi empecilho para os que precisavam de moradia. Morros, encostas, tabuleiros e até mesmo o mar da Baía de Todos os Santos começaram a ser ocupados pela população de baixa renda, que cada vez mais se mostrava necessitada por moradia, independentemente da localização do espaço (BRASIL, 2010).

A partir de 1980, tem-se o início da consolidação das ocupações na Cidade, período em que os movimentos de luta pela moradia se mostraram mais presentes. A luta era pela legalização dos lotes, pelo Movimento de Defesa dos Favelados (MDF), pela Federação das Associações de Bairros de Salvador (FABS) e em seguida pelo Movimento dos Sem Teto da Bahia (MSTB) (BARRETO, 2011).

O movimento, originalmente chamado de Movimento dos Sem Teto de Salvador (MSTS) com início em 2003, era formado por famílias que ocupavam terrenos, prédios e galpões abandonados como meio de garantir o direito à moradia. O Movimento era caracterizado por

famílias que não possuíam condições de pagar aluguel, que moravam de favor ou estavam em situação de rua. Houve uma grande adesão ao Movimento por consequência da falta de políticas públicas que atendessem ao déficit habitacional de mais de 150 mil unidades habitacionais. Em 2005, quando já possuía aproximadamente 25 mil cadastrados, foi discutida a questão dos Sem Teto no seu primeiro Congresso que já se consolidava no interior do estado, tendo a mudança de nome aprovada para Movimento dos Sem Teto da Bahia (MSTB) (MIRANDA, 2008).

Mesmo com as produções habitacionais no período do PMCMV, a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) do IBGE divulgou em 2015 que o déficit habitacional era de pouco mais de 130 mil domicílios. A questão não foi sanada em Salvador e só tende a piorar com o alto índice de desemprego que de acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador (PEDRMS) se mantém acima dos 20% desde fevereiro de 2016. Considerando isto, a situação da falta de moradia tende a ser intensificada nos próximos anos, corroborando a importância do fortalecimento dos movimentos sociais que lutam por moradia que deve se ampliar para além do espaço físico da casa para equipamentos e infraestrutura que garantam uma melhor condição de vida a essas famílias.

A formação espacial de uma cidade está relacionada com as contradições sociais e as soluções encontradas para resolvê-las ao longo de sua evolução. Neste sentido “a cidade é a expressão viva do modo de ser do seu povo, da sua cultura, da ordem social, das desigualdades sociais de sua população” (ESPINHEIRA, 2002, p.32). Como considera Boaventura de Sousa Santos, a “*questão urbana* é um dos afloramentos, ao nível da superfície, das contradições que se produzem na estrutura mais profunda das sociedades capitalistas” (SANTOS, 1982, p. 67-68). Isto posto, Alfonsin (2006) apud Araújo e Fernandes (2010), considera que o Estado é um dos principais agentes no processo de formação espacial da cidade, que apesar da existência de leis que deem suporte à função social da propriedade, as políticas públicas para sua implementação costumam não existir ou serem ineficientes.

2. A ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A Assistência Técnica dentro da Universidade Federal da Bahia (UFBA) se constitui por meio da Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia, implantada em 2011 como pós-graduação *lato sensu*. A residência em Assistência Técnica para Habitação e Direito à Cidade foi inspirada nas residências existentes e já consolidadas na área de saúde e teve como objetivo pôr em prática a Lei de Assistência Técnica, nº 11.888/2008.

Agora na 3ª edição, a equipe formada por 1 engenheira ambiental, 1 assistente social, 1 urbanista e 2 arquitetos urbanistas, iniciou o trabalho na Ocupação Guerreira Maria Felipa, em novembro de 2017. Desde então diversos desafios têm sido enfrentados pela equipe. Um dos principais, é compreender a linha entre Assistência Técnica e Assistencialismo. Enquanto o primeiro visa a elaboração de projetos participativos para que os cidadãos possam alcançar a inclusão urbana, o segundo é uma prática individual, em forma de ajuda que sana as necessidades emergenciais dos indivíduos, mas não transforma sua realidade social.

As famílias de baixa renda têm acesso mais comumente com práticas assistencialistas, onde quase sempre são sujeitos passivos das relações, apenas recebendo ajudas e doações. Este processo dificulta o desenvolvimento do trabalho de Assistência Técnica, no que se refere a participação dos moradores de forma ativa, a mobilização, a organização de maneira autônoma e o compromisso na execução prática do que é proposto coletivamente entre moradores e residentes. A compreensão do que é a Assistência Técnica têm sido trabalhada, tanto por parte dos profissionais em processo de especialização, na aplicação em campo dos conhecimentos adquiridos, quanto pelos moradores que precisam entender que o processo precisa de um prazo maior de realização e que não possui resultados imediatos.

3. IDENTIFICAÇÃO DA OCUPAÇÃO

3.1. HISTÓRICO

A Ocupação onde esse trabalho foi desenvolvido, faz parte de um conjunto de ocupações realizadas pelo Movimento dos Sem Teto da Bahia (MSTB), cujo núcleo chama-se Força e Luta. O MSTB emergiu em 2003, como Movimento dos Sem Teto de Salvador (MSTS) e foi inspirado no modelo organizativo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O objetivo era organizar aqueles que não tinham moradia, primeiro para conquistá-la e para, futuramente, chegar a uma “reorganização social e cultural da sociedade para a construção de relações libertárias e de poder popular” (nas palavras do Movimento). A principal bandeira de luta do Movimento é a questão habitacional, utilizando-se de mecanismos de pressão social como mobilização de um expressivo número de famílias de sem teto, oriundas de diversas áreas da cidade de Salvador, que realizam passeatas, ocupam prédios, terrenos públicos ou privados que estejam em condição de abandono ou subutilizados, exigindo conceder terrenos devolutos à construção de moradias, para que atendam a função social da propriedade.

Figura 1 - Entrada do Casarão da Ocupação Guerreira Maria Felipa



Fonte: REIS, 2018.

Não há informações precisas relativas à definição da área que foi ocupada. Previamente ao alojamento das famílias no terreno decidido foram realizadas reuniões e debates promovidos pelo MSTB acerca das estratégias para instalação das famílias no terreno (Figura 1). Dentre as estratégias, sugeriu-se a partir de apoio técnico de um Arquiteto, colaborador do IDEAS, a delimitação dos lotes (Figura 2) com o objetivo de facilitar uma possível regularização do loteamento, baseando-se na lei que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano, onde “os lotes terão área mínima de 125m² e frente mínima de cinco metros, salvo quando o loteamento se destinar à urbanização específica ou edificação de conjuntos habitacionais de interesse social, previamente aprovado pelos órgãos públicos competentes” (Art. 4, inciso II da Lei nº 6.766/1979 alterada pela Lei nº 9.785/1999).

Figura 2 - Croqui da implantação da Ocupação Guerreira Maria Felipa



Fonte: Acervo da Ocupação Força e Luta Guerreira Maria Felipa, 2016.

A primeira etapa da Ocupação Guerreira Maria Felipa ocorreu no ano de 2016, composta, em sua maioria, por antigos moradores da Ocupação Guerreira Ninha, que passaram a morar do Conjunto Bosque das Bromélias de aluguel ou de favores em casa de familiares e amigos. Outros integrantes vieram de bairros do Miolo e do Subúrbio da Cidade, compondo uma totalidade de 68 famílias. Houve um cadastramento preliminar das famílias que norteou a distribuição dos lotes, onde os idosos e pessoas com necessidades especiais foram priorizadas e alocadas próximas à entrada principal do terreno. A primeira noite de ocupação foi marcada por um conflito entre o suposto proprietário do terreno e os ocupantes. Conflito este que se agravou com a presença de policiais que, segundo relatos, apareceram sem distintivo, efetuaram disparos para o alto com intuito de amedrontar e dispersar os ocupantes, que resistiram. Este fato foi registrado no Boletim de Ocorrência da 14^o Delegacia de Polícia no dia 27/11/16. (ARAÚJO et al., 2017)

Três dias após o início da Ocupação, o dito proprietário aciona a Justiça dando entrada em uma ação de Reintegração de Posse, com indenização e pedido de “Medida Liminar”, registrado no Tribunal de Justiça do Estado da Bahia com o número do processo 0582043-60.2016.8.05.0001, cujo conteúdo principal está na tentativa de comprovação de Esbulho, Turbação e Ameaça de posse⁴ por parte dos ocupantes.

A segunda etapa foi marcada pela chegada de 12 novas famílias, em março de 2017, ocupando a parte mais baixa do terreno, onde há um pequeno riacho, totalizando 80 famílias. No local foi encontrado um cemitério clandestino (Figura 3), desativado após a descoberta. A situação foi veiculada nas principais mídias locais e corrobora com a informação de que a propriedade não estava cumprindo sua função social. A insegurança provocada por essa descoberta, resultou na mudança das 12 novas famílias para a parte mais alta do terreno, onde alguns lotes com maior dimensão foram divididos de forma a manter todos com pelo menos 125m² para acomodar algumas famílias e outras ocuparam lotes desocupados, totalizando 78 lotes e famílias.

⁴ O Esbulho é considerado juridicamente como “ato de terceiro que se apodera, ilegitimamente, da coisa alheia em decorrência de violência, clandestinidade e precariedade”. A Turbação é entendida como “a prática de atos abusivos que podem afrontar direitos de outrem ensejando o impedimento do livre exercício da posse, sem contudo, causar o efeito de perda, conforme preceitua o artigo 1.210 do Código Civil. Por fim, a ameaça pode ser caracterizada pela violência ou iminência dela. Fonte: <<https://wilsonvalmirdeazevedo.jusbrasil.com.br/artigos/306775131/turbacao-esbulho-e-ameaca-significado-e-as-acoes-correspondentes>>. Acesso em: 27/11/2018.

Figura 3 - Cemitério Clandestino noticiado em Jornais

2017-8-28

'CEMITÉRIO DO CRIME': SSP confirma dois corpos desenterrados no Parque das Bromélias » Aratu Online

fig. 1

aratu
online

'CEMITÉRIO DO CRIME': SSP confirma dois corpos desenterrados no Parque das Bromélias

Fonte: Da redação

Atualizado em 16/12/2016 às 7:40



A assessoria de Comunicação da Secretaria de Segurança Pública (SSP-BA) confirmou ao **Aratu Online** na tarde desta quinta-feira (15/12) que foram desenterrados dois corpos no suposto 'cemitério do crime' localizado no Parque das bromélias na manhã de ontem (14/12).

Ainda de acordo com a SSP-BA, os corpos estavam em estado avançado de decomposição, por isso não foi possível identificá-los. O Departamento de Polícia Técnica (DPT) vai tentar fazer a papiloscopia (identificação através da coleta de impressão digital das mãos ou sola dos pés) e, se não for possível, o DPT terá que usar outros métodos de identificação.

LEIA MAIS: CEMITÉRIO DO CRIME: Polícia encontra 15 corpos enterrados no Parque das Bromélias (<http://www.aratuonline.com.br/noticias/cemiterio-do-crime-policia-encontra-15-corpos-enterrados-no-parque-das-bromelias/#>)

No entanto, na última quarta-feira (14/12), a equipe de reportagem da TV Aratu conseguiu confirmar com uma fonte confidencial da polícia que cerca de 15 corpos teriam sido desenterrados e removidos pelo DPT do Parque das Bromélias.

O caso é investigado pelo Departamento de Homicídios e Proteção a Pessoa (DHPP).

Acompanhe nossas transmissões ao vivo e conteúdos exclusivos na página [facebook.com/aratuonline](https://facebook.com/aratuonline?__mref=message_bubble) (https://facebook.com/aratuonline?__mref=message_bubble).

*Publicada originalmente às 13h25

Fonte: Arquivo de notícias publicado no Jornal Aratu Online, 16/12/16.

Com relação ao processo de reintegração de posse, em 30 de maio de 2017, para a surpresa da assessoria jurídica do MSTB (IDEAS - Assessoria Popular), dos ocupantes e frustração do requerente, o juiz de direito da 10ª Vara Cível e Comercial do Estado da Bahia, bem como o Ministério Público do Estado da Bahia (MP-BA) indeferiram a ação, reconhecendo os ocupantes como os reais posseiros do terreno. Para ambas instituições, a decisão por não acatar a reintegração de posse⁵, de forma geral, foi favorável para quem melhor comprova a posse do terreno. O requerente não conseguiu apresentar provas contundentes, mesmo anexando um material fotográfico e relatórios técnicos ao processo na tentativa convencer o juiz de direito a decidir em seu favor.

A Ocupação Guerreira Maria Felipa interagiu com a UFBA e a Bartlett Development Planning Unit (DPU) da Universidade de Londres, durante intercâmbio entre os alunos do Mestrado em Práticas de Desenvolvimento Social da DPU e alunos da disciplina do PPGAU/FAUFBA "Política, Democracia e Direito à Cidade", além de voluntários e

⁵ Segundo afirma o Novo Código de Processo Civil, em seu artigo 485, possuidor, é pela norma, todo aquele que tem de fato o exercício pleno ou não de alguns poderes inerentes à propriedade.

colaboradores. As atividades desenvolvidas durante o intercâmbio tiveram como objetivo compreender e apoiar as lutas coletivas pelo direito à cidade.

A Ocupação participou de duas das três edições do intercâmbio, na primeira em 2017, foram realizadas atividades por um período de 15 dias, com o intuito de construir um instrumento de auxílio que pudesse ser utilizado nas mesas de negociações, perante o Governo do Estado e o Município de Salvador. Optou-se pela realização de um “cadastro social” com o objetivo de coletar dados sobre o histórico da Ocupação e dos moradores, as motivações que os levaram a ocupar o terreno e suas expectativas. A partir de uma leitura prévia da Ocupação com utilização de metodologia participativa para criação do cadastro social, foram levantados dados por meio de rodas de conversas e entrevistas para conhecer o histórico do território e dos ocupantes, visitas de campo, levantamento das atividades e serviços do entorno, análise da documentação da Ocupação, e a realização de oficinas participativas para construção coletiva do diagnóstico: a Linha do Tempo; a Oficina dos Sonhos, Aspirações e Valores; a Organização Interna da Ocupação; a Oficina do Direito à Cidade; e o Cadastro Físico.

Em 2018, a metodologia construída buscava articular diversas lideranças de comunidades e movimentos sociais em Salvador. Ao invés de cada equipe do intercâmbio passar um período de 15 dias em cada local, como ocorrido na versão anterior, todo o grupo passava um dia inteiro em cada área, contando ainda com a participação de lideranças de outras comunidades. Na Ocupação foram feitas rodas de conversas com os moradores, sobre temas diversos, dentre eles: Habitação, Mobilidade e Espaços comuns. Além disso foi feito o reconhecimento do entorno, com visita ao Conjunto Bosque das Bromélias, tanto das áreas comuns, quanto de um dos seus apartamentos e do Conjunto Residencial Jardim das Margaridas.

Desde maio de 2017, o graduando em Arquitetura e Urbanismo da FAUFBA, Leonardo Stanziola está realizando o seu Trabalho Final de Graduação (TFG) na Ocupação. O trabalho visa prestar Assistência Técnica por meio de soluções alternativas para autoconstrução. Ressalta-se que este trabalho está sendo orientado pela Profa. Dra. Thaís Troncon Rosa, professora da RAU+E e tutora de uma integrante desta equipe, em função disso diversas articulações ocorreram entre os trabalhos, inclusive uma Oficina e o edital de extensão PaexDOC. As atividades realizadas por profissionais estudantes da RAU+E na Ocupação tiveram início em outubro de 2017, sobre as quais será discorrido no tópico de aproximação.

3.2. APROXIMAÇÃO

O primeiro contato da 3ª turma da Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo, Engenharia e afins (RAU+E) com a Ocupação Guerreira Maria Felipa, ocorreu no Auditório Mastaba da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (FAUFBA), em uma mesa de diálogo com o intuito de serem apresentadas suas demandas e um breve relato histórico para contextualização da situação que vivem. A liderança, “Iara”⁶, apresentou como principais demandas, a elaboração de um plano urbanístico e de um projeto de requalificação de uma casa existente no terreno, intitulada pelos moradores como “Casarão”, local destinado para um futuro espaço de cooperativa de costura, ou para dar suporte às atividades de geração de renda.

O segundo contato foi uma visita realizada pelos alunos e professores às comunidades proponentes, com objetivo de conhecê-las e auxiliar na escolha dos profissionais residentes da área do trabalho de assistência técnica a ser realizado no ano de 2018. Nela foram identificadas demandas relacionadas à regularização fundiária, devido ao desejo dos ocupantes em permanecerem no local e problemas relacionados ao saneamento básico, além das demandas apresentadas anteriormente pela liderança.

A partir dos encontros acima descritos e da identificação das demandas, se formou a equipe de trabalho composta por Jéssica Macêdo - Engenheira Ambiental e Sanitarista, Ludmila Vale - Assistente Social, Rodrigo Machado - Arquiteto Urbanista, Taiane Moreira - Urbanista e Vanessa Dantas - Arquiteta Urbanista, que definiram a Ocupação como o local de desenvolvimento dos seus trabalhos.

A convite do MSTB, foi apresentada aos residentes uma demanda de mutirão para o plantio de árvores frutíferas e ornamentais, bem como para a reforma do Casarão. Este convite foi mais uma oportunidade aproximação da equipe com os moradores da Ocupação.

Na semana de workshop interno da RAU+E, foi realizado pela equipe, em conjunto com outros colegas e professores, um mutirão de plantio de uma horta coletiva, solicitado pela comunidade. Foi um momento oportuno para observar as pessoas mais interessadas em participar e colaborar com a atividade, as relações de convívio entre os moradores, e o grande envolvimento das crianças.

⁶ “Iara” foi o nome fictício adotado pela equipe de residentes para representar a liderança da Ocupação Guerreira Maria Felipa para fins deste trabalho, ela é umas das coordenadoras estaduais do MSTB, possui experiências anteriores frente à ocupações realizadas pelo movimento.

Concluída a fase de aproximação entre a equipe e os moradores, foi elaborado um plano de trabalho, considerado pela residência necessário para o planejamento das atividades em campo. Nele estão delineados os objetivos e metodologias, baseadas na demanda inicial apresentada pelo movimento à RAU+E, assim como as fases necessárias para realização da assessoria técnica, como levantamento de dados, elaboração de diagnóstico, oficinas, visitas técnicas com a finalidade de nortear o desenvolvimento do trabalho. Ele também é o método pelo qual os residentes são avaliados com relação à primeira etapa da residência, nas cinco disciplinas⁷ do curso. Considerando que o trabalho contempla o uso de metodologias participativas, os objetivos e ações se modificaram ao longo do ano a partir do contato dos residentes com os moradores da Ocupação Guerreira Maria Felipa.

⁷ ARQ-A79 - Produção do Espaço, Políticas Urbanas e Direito à Cidade; ARQA81 - Planejamento e Projeto de Arquitetura, Urbanismo e Engenharia para Assistência Técnica; ARQA80 - Projeto de Urbanização, Infraestrutura e Meio Ambiente; ARQA82 - Metodologias e Técnicas para Projetos Participativos e ARQA83 - Seminários Temáticos (esta última inclui 1 ponto de avaliação por frequência)

3.3. DIAGNÓSTICO GERAL

A Ocupação Guerreira Maria Felipa está em um terreno com área de aproximadamente 16.300m², localizado no município de Salvador, próximo ao seu limite norte (divisa com o município de Lauro de Freitas) no bairro Jardim das Margaridas. A rua Joaquim Ferreira dá acesso a Ocupação e fica próxima à rodovia BA-526, também conhecida como CIA-Aeroporto⁸. No seu entorno estão os conjuntos do PMCMV, Bosque das Bromélias e Jardim das Margaridas (Figura 4).

Figura 4 - Mapa de Localização da Ocupação Guerreira Maria Felipa



Fonte: Acervo da Ocupação Força e Luta Guerreira Maria Felipa, 2016.

A região se caracteriza pela presença das Represas do Ipitanga (que contribuem para parte do abastecimento de água de Salvador). Somente no PDDU 2008, Lei nº 7.400, é a que a região passou a fazer parte da Zona Urbana do Município de Salvador. Por ter sido zona rural, a região era desprovida de equipamentos e infraestrutura que dessem suporte a função residencial. *Pari passu*, as instâncias municipal e estadual do governo buscavam recursos para implantação dos empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento Urbanização de Assentamentos Precários (PAC-UAP) e do PMCMV, e essa região, por possuir pouco atrativo para o mercado imobiliário e, conseqüentemente, menores valores foi o principal foco para eles. O primeiro previa a implantação de

⁸ O nome da via é dado em função de fazer a ligação do Centro Industrial de Aratu (CIA) e o Aeroporto Internacional de Salvador.

equipamentos e infraestrutura, além de novas habitações ou de melhorias habitacionais. A única localidade próxima à Ocupação que recebeu financiamento do PAC-UAP foi a ZEIS Nova Esperança. Já o PMCMV contribuiu para a mudança do uso, mas inicialmente, focou apenas na produção habitacional com a construção de 18 empreendimentos nos últimos 10 anos, com pouca ou nenhuma preocupação com a provisão de equipamentos.

O terreno onde se localiza a Ocupação Guerreira Maria Felipa está em processo judicial de Reintegração de Posse com pedido de Liminar como mencionado no tópico anterior, impetrada pelo proprietário contra o Movimento. A Ocupação e o Movimento estão sendo assistidos pelo IDEAS - Instituto de Desenvolvimento e Ações Sociais, a partir da prestação de assessoria jurídica gratuita nos termos dos arts. 98 e 99 do CPC e da Lei nº 1.060/50, pautando uma discussão que girou em torno de duas questões: a propriedade e a posse, evidenciando os posicionamentos das instituições públicas envolvidas nesse processo. O processo ainda não apresentou uma sentença definitiva e os moradores permanecem ocupando o terreno.

O Diagnóstico da Ocupação foi construído com base na Oficina de Mapeamento realizada com o estudante de graduação que também está trabalhando na Ocupação, Leonardo Stanziola, no Cadastro Socioeconômico e aspectos técnicos observados a partir das visitas à campo registrado por meio de Diário de Campo e fotografias. A Oficina não foi suficiente para a extração dos dados e as informações foram cruzadas com as obtidas no Cadastro para que fosse possível fazer uma leitura melhor da Ocupação (Figura 5).

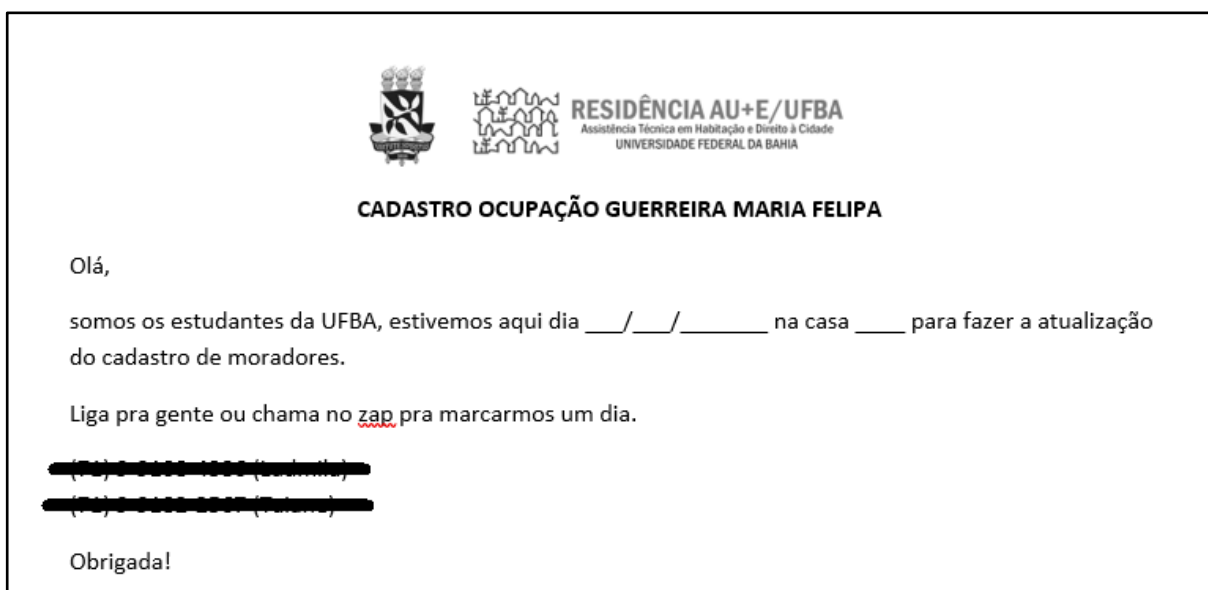
Figura 5 - Moradores na Oficina do Mapeamento



Fonte: Acervo da equipe, 2018.

A atualização do Cadastro Socioeconômico dos moradores da Ocupação foi realizada entre os meses de abril e maio de 2018, em 92% das moradias foram encontrados responsáveis que o responderam. Os outros 8% correspondem a moradores que não estavam em casa quando os residentes aplicaram os questionários. Nesses casos foram deixados um panfleto pedindo que entrassem em contato com a equipe, os vizinhos não souberam informar meios de contato com esses moradores (Figura 6). O questionário para cadastro foi um instrumento utilizado para coletar um grande número de informações, entre elas o perfil populacional e econômico, quantidade de moradores, cor da pele, responsável pelo lar, bem como as que estão relacionadas à educação, saúde, transporte, trabalho, acesso a serviços e aos materiais utilizados para construção da casa que vivem. Desde então esses dados foram sistematizados e usados como base para direcionar as atividades seguintes da equipe na Ocupação.

Figura 6 - Panfleto deixado na casa dos moradores que não foram encontrados para realização do Cadastro Socioeconômico (contatos dos residentes foram suprimidos)



Fonte: Elaborado pela equipe, 2018.

Atualmente, a Ocupação encontra-se dividida em um total de 77 lotes destinados para moradia, dos quais 69 encontram-se ocupados, 4 sem moradores (1 terreno sem construção, 2 com “barracos” e 1 com construção de alvenaria inacabada) e nos outros 4 não foram encontrados os moradores. Segundo “Iara”, dois desses lotes destinados a moradia serão cedidos para a construção da futura sede do IDEAS (Assessoria Popular). Um dos lotes não tem destino para moradia, existe a previsão de instalação de uma mercearia, totalizando 78 lotes.

No terreno já existia a construção de uma casa (chamada pelos moradores de Casarão) (Figura 7), que não estava em bom estado, pois passou muito tempo descoberta e sem manutenção, além de um pequeno anexo (o MSTB declarou interesse em instalar um posto médico), que serve como depósito (Figura 8)

Figura 7 - Visão frontal do Casarão



Fonte: Acervo da Ocupação Guerreira Maria Felipa, 2018.

Figura 8 - Pequeno Anexo, com previsão para posto de saúde



Fonte: Acervo da equipe, 2018.

As unidades habitacionais são provisórias, feitas de materiais como maderite, madeira de descarte, estrocas para a sustentação da cobertura, geralmente telhas de amianto, nocivas à saúde, ou com alguns retalhos de madeira e lonas. Em seu revestimento interno as laterais do barraco são forradas com lona e/ou papelão, enquanto que na área externa, alguns se utilizam de lonas, plástico ou madeira compensada. Estes materiais não proporcionam segurança, conforto térmico, acústico, nem apresentam durabilidade para resistir muito as intempéries.

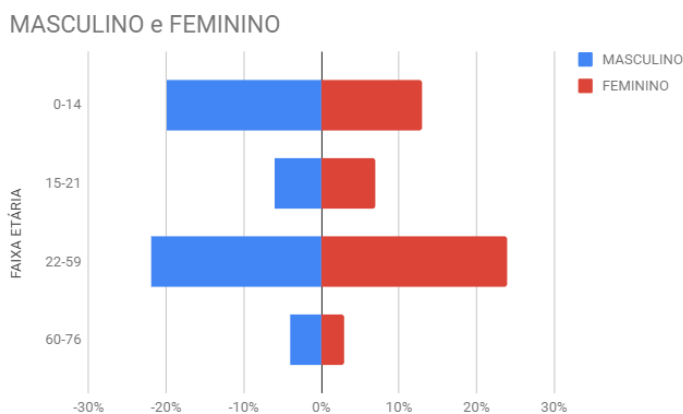
Figura 9 - Implantação da Ocupação Guerreira Maria Felipa



Fonte: Acervo da Ocupação Força e Luta Guerreira Maria Felipa, 2018.

A população da Ocupação, desconsiderando os quatro lotes não entrevistados, é de 156 moradores com idades entre 0 e 76 anos, o que resulta em uma densidade bruta da Ocupação igual a 95,70 hab/ha. Na figura 9 é possível ver a distribuição da população por idade e gênero.

Figura 10 - Gráfico de moradores por idade e gênero



FONTE: Gráfico produzida pela equipe - RAUE+E/ UFBA, 2018

Quanto aos dados coletados na atualização do cadastro socioeconômico relativos à atribuição da responsabilidade pelo domicílio, a maioria declarou ser do homem e em apenas um caso ela foi dita como compartilhada.

De acordo com o Atlas do Direito de Morar em Salvador (2012), a maior parte dos moradores das ocupações em um contexto geral são mulheres, porém na Ocupação Guerreira Maria Felipa a população do sexo masculino é maior que a do feminino, 52% e 47%, respectivamente.

Na maioria dos domicílios, os homens declararam-se responsáveis pelo lar. Porém, como pode ser visto na tabela 1, percebe-se que o homem se destaca como responsável pelo lar nas unidades que mora apenas uma pessoa, enquanto que em casas com três ou mais moradores, as responsáveis são majoritariamente mulheres.

Tabela 1 - Responsável pelo lar por gênero e número de moradores por casa

Nº TOTAL DE CASAS	Nº DE MORADORES	RESPONSÁVEL PELO LAR		
		FEMININO (%)	MASCULINO (%)	AMBOS OS SEXOS (%)
25	1 morador	24	76	0
16	2 moradores	44	50	6
7	3 moradores	100	0	0
10	4 moradores	80	20	0
3	5 moradores	0	100	0
1	6 moradores	100	0	0

Fonte: Elaborado pela equipe, 2018.

Com relação à cor, quase todos os moradores se declaram de cor parda ou preta (Tabela 2), evidenciando o cenário de desigualdades do Brasil e de Salvador, onde a população com menor renda é formada por um percentual maior de pessoas negras. Essa relação também é vista espacialmente em Salvador, a população que vive na região da Orla tem um padrão econômico maior, enquanto que no Miolo e Subúrbio Ferroviário a população possui renda mais baixa.

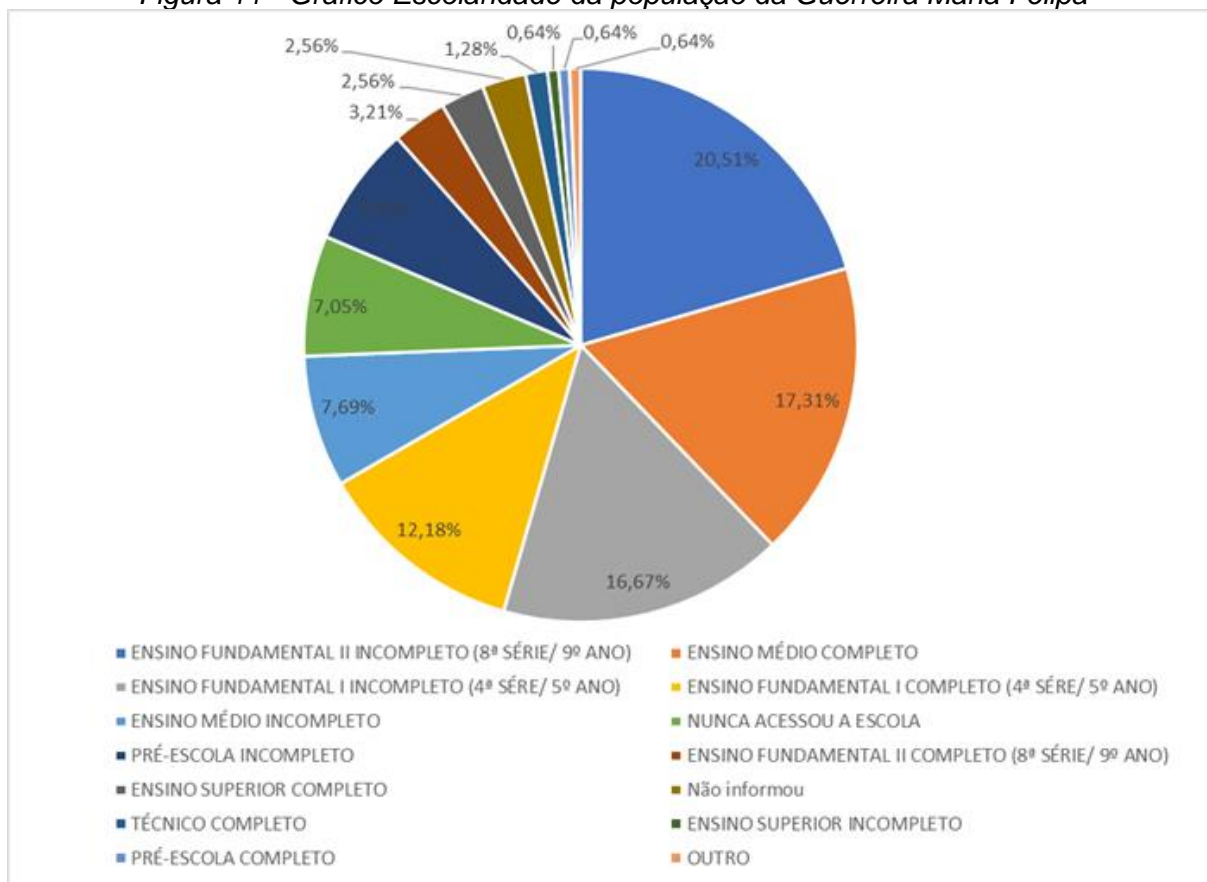
Tabela 2 - Cor de pele dos moradores

	COR DA PELE (%)		
	BRANCA	PARDA	PRETA
MASCULINO	0,00	18,59	33,97
FEMININO	0,64	21,15	25,64
TOTAL	0,64	39,74	59,61

FONTE: Tabela produzida pela equipe- RAUE+E/ UFBA, 2018

Quanto à educação na Ocupação, 33% dos moradores estudam atualmente, 92% declararam ler e escrever e 2% não lê, escreve ou assina o nome (Tabelas 3 e 4). Ao considerar o grau de escolaridade 20,51% dos moradores têm o ensino fundamental II incompleto, 16,67% ensino fundamental I incompleto e 12,18% o ensino fundamental I completo, valores inferiores aos apresentados no Atlas do Direito de Morar em Salvador (2012), respectivamente, 26,37%, 28,35% e 14,61% (SANTOS, 2016). Cerca de 7% da população afirmou nunca ter frequentado a escola, dado próximo ao apresentado no Atlas, 6%. A figura 10 apresenta o grau de escolaridade da população da Ocupação.

Figura 11 - Gráfico Escolaridade da população da Guerreira Maria Felipa



Fonte: Elaborado pela equipe, 2018.

Tabela 3 - Moradores que sabem ler e escrever na Ocupação Guerreira Maria Felipa

FAIXA ETÁRIA (anos)	LÊ E					NÃO INFORMOU (%)
	ESCREVE (%)	APENAS LÊ (%)	APENAS ESCREVEM (%)	ASSINA O NOME (%)	NENHUM (%)	
7 a 14	85	0	0	0	7,5	7.5
15-21	100	0	0	0	0	0
22-59	94	0	1,5	1,5	1,5	1,5
acima de 60	82	9	0	0	0	9
Total	93	1	1	1	2	2

Fonte: Elaborado pela equipe, 2018.

Próximo à Ocupação Guerreira Maria Felipa, existem duas escolas que atendem do Grupo 2 ao 8º ano do ensino fundamental, deixando então ausente o atendimento aos estudantes do 9º ano, do Ensino Médio e a Educação para Jovens e Adultos (EJA). Considerando que apenas nos conjuntos habitacionais do Minha Casa, Minha Vida (MCMV) somam-se 3420 unidades/famílias uma escola que atenda essa carência seria de grande importância.

Tabela 4 - Moradores que estudam ou não estudam por faixa etária na Ocupação Guerreira Maria Felipa

FAIXA ETÁRIA (anos)	ESTUDAM (%)	NÃO	
		ESTUDAM (%)	INFORMARAM (%)
0-6	46	46	8
0-14	96	4	0
15-21	33	52	15
22-59	7	65	28
60-76	0	91	9

Fonte: Elaborado pela equipe, 2018.

3.3.1. DIAGNÓSTICO NO ÂMBITO DA PROPOSTA INDIVIDUAL

LEITURA DO ESPAÇO

Geralmente os terrenos ocupados pelos movimentos sociais, são divididos sem orientação prévia, com a preocupação principal de instalar rapidamente as famílias e garantir aquela terra. A ocupação Guerreira Maria Felipa teve a vantagem de receber o apoio de uma assessoria técnica que desenvolveu um croqui com o traçado dos lotes e ruas para nortear a implantação das famílias e a configuração do espaço.

Essa configuração tem alguns problemas, pois foi sofrendo modificações, alguns lotes que ficavam em uma cota mais baixa do terreno foram transferidos para a parte superior, forçando o redimensionamento dos lotes, e estreitando algumas ruas, além disso a construção do muro feito pela prefeitura na frente do terreno limitou o acesso direto aos lotes que ficam na testada do terreno, e o muro lateral feito pela construtora do terreno ao lado reduziu as dimensões do lotes paralelos a ele. (figura 13)

No que tange os espaços comuns um grande ganho para Ocupação, dentro dessa configuração foi a manutenção do entrono da casa (Casarão) existente no terreno como uma área livre, sem unidades habitacionais. E a ideia do Movimento (MSTB), de usar o Casarão como um espaço coletivo.

Figura 12 :Situação do Casarão na primeira visita da RAU+E à Ocupação

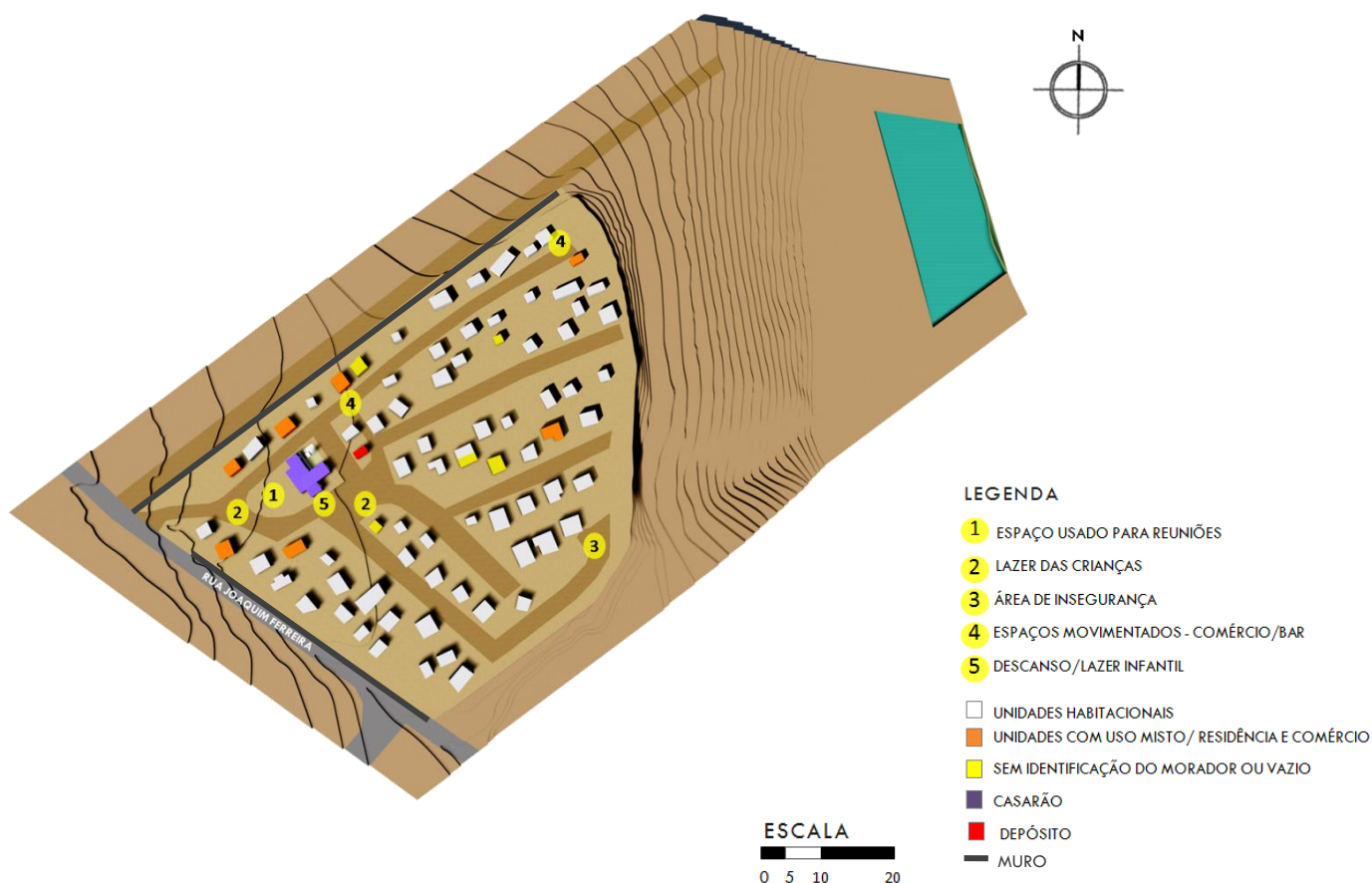


Fonte: Vanessa Dantas. Acervo RAU+E

Quando a Ocupação Guerreira Maria se apresentou à Residência, como uma das interessadas em receber os residentes, uma das demandas mais citadas foi o interesse em ativar o Casarão, tornando-o um local multiuso, capaz de abrigar atividades geradoras de renda, de apoio para os jovens e as crianças, como sala de estudo/ biblioteca, local das reuniões do Movimento MSTB para decidir articulações na luta pela moradia, etc.

Essas duas decisões tornaram o casarão e seu entorno uma área central dentro da Ocupação, que gera uma identidade com os moradores, e incentiva seu uso. Ao fazer uma leitura da dinâmica e atividades desenvolvidas no território, a partir de dados obtidos na oficina do mapeamento, do próprio cadastro, e principalmente observando a rotina dos moradores durante as idas a comunidade, foi possível perceber que muitas atividades se concentram no entorno do Casarão.

Figura 13 : Esquema com identificação das atividades realizadas no território da Guerreira Maria Felipa



Fonte: Vanessa Dantas. Acervo RAU+E

E que esses locais podem contribuir para ampliar as relações sociais, as possibilidades de lazer, a qualidade de vida e a autoestima dos moradores, se receberem estruturas que apóiem as atividades desenvolvidas, e estimule novas.

A MORADIA

Durante a realização do cadastro foi possível acessar o interior da maioria das unidades habitacionais, observando os materiais utilizados, as condições físicas e as dimensões das mesmas. As habitações são provisórias e pequenas, possuem uma área entre 10 e 20m², a maioria com apenas dois ou três cômodos, com vários usos (sala, cozinha, quarto) coexistindo em um mesmo ambiente.

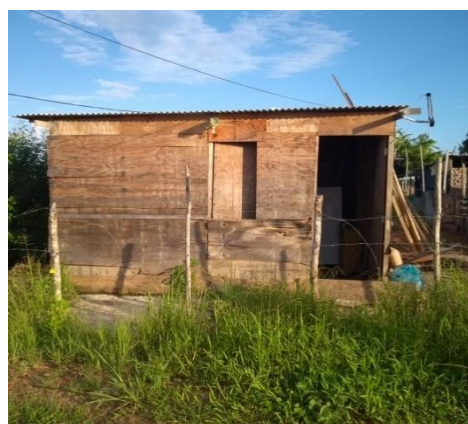
Figura 14 :Tipologia das unidades habitacionais



Fonte: Vanessa Dantas. Acervo RAU+E



Fonte: Reis, 2018



Fonte: Arquivo da equipe. Acervo RAU+E

Nesse contexto os espaços livres e coletivos se tornam ainda mais importantes, porque podem funcionar como **extensão** da casa, abrigando de forma mais adequada e confortável, usos que não estão funcionando bem nas unidades habitacionais e servindo de espaços de lazer e interação social entre as famílias.

Os moradores da Ocupação não encontram conforto dentro das unidades habitacionais, durante o dia são muito quentes, devido ao tamanho, a falta de aberturas para circulação de ar, muitas unidades possuem apenas a porta de acesso como local de entrada de iluminação e ventilação, e ao material das coberturas (telhas de fibrocimento). E a noite são frias, pois estão em contato quase direto com o solo.

São diversos os problemas relacionados a participação, organização, mobilização, conscientização, como é evidenciado nos debates realizados nos Encontros de Movimentos Populares, sistematizados por Ana Maria Doimo (1984, p. 37):

a) há muita dificuldade em mobilizar a população. É preciso descobrir meios para motivar a participação; b) há falta de líderes e os que existem têm muitos compromissos assumidos; c) a televisão é a maior rival; d) faltam recursos financeiros para o incremento de meios de divulgação e mobilização. Por outro lado, os meios de comunicação pouco apoio dão; e) a investida do poder público é muito grande e a maneira como ele se apresenta torna difícil entender se ele é adversário ou protetor; f) as pessoas querem resultado a curto prazo e não têm um objetivo maior para lutar; g) o povo não acredita na sua força e nem na política; h) é preciso integrar mais os movimentos de bairro e não ficar só a nível das reivindicações, mas promover o lazer e a cultura (teatro, cineclube etc.).

Apesar do ato de ocupar ser posto como uma luta coletiva, onde pessoas que não conseguiram acessar programas habitacionais do governo, não tem condições de pagar aluguel, se valem. Na prática depois de ocupado o terreno, cada família tem suas próprias demandas, trabalhos, dificuldades e muitas vezes não conseguem agir em prol do coletivo, é preciso estimular a autonomia, a autoestima dos moradores, buscando ações que melhorem a qualidade do espaço vivido e a condição de moradia.

4. JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

4.1. NO ÂMBITO DA PROPOSTA COLETIVA

4.1.1. OBJETIVO

Promover a formação e capacitação dos moradores da Ocupação Guerreira Maria Felipa por meio da assistência técnica interdisciplinar como prescrito na Lei nº 11.888/2008, a fim de desenvolver autonomia individual e coletiva, visando ampliar e garantir os direitos sociais e urbanos conforme preconiza a CF/1988 e o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001).

4.1.2. JUSTIFICATIVA

As ocupações urbanas populares são formadas por famílias de baixa renda não atendidas por políticas habitacionais que ocupam espaços ociosos na cidade a fim de garantir o direito à moradia. Conforme dados do Atlas sobre o Direito de Morar em Salvador publicado pelo EDUFBA em 2012, 60,33% dos responsáveis pelo domicílio nas ocupações declararam não ter rendimento e 37,86% rendimento mensal de até 1 salário mínimo (SANTOS, 2016). Segundo Maricato (2014), apenas 30% da população brasileira tem acesso ao mercado imobiliário "formal"; os investimentos em habitação social, apesar de terem crescido nos últimos anos, são insuficientes: em Salvador, mais de 30% da população vive em ocupações.

No geral, tais ocupações são caracterizadas pela privação dos direitos sociais básicos como os serviços de educação, saúde, lazer, saneamento básico, transporte e fornecimento de energia. Para contrapor as forças dominantes que regem o jogo político da cidade, é necessário recorrer a apropriação dos instrumentos da Lei que proporcionem a produção de um urbanismo crítico, enquadrado no aspecto da cidade real, promovendo avanços e conquistas das forças populares. Estas necessitam de ações claras e adequadas às suas necessidades, que devem ter como pré-requisito a construção de um processo pedagógico participativo e inclusivo, sendo capaz de desconstruir valores de subordinação e construção social do Sujeito como Sujeito, e não como Objeto. (MARICATO, 2011; FREIRE, 1987)

A Ocupação Guerreira Maria Felipa está localizada em um terreno de origem privada, que passa por uma ação judicial de reintegração de posse com o risco das famílias serem despejadas e enfrenta atualmente problemas relacionados ao desconforto de morar em pequenas unidades provisórias, dificuldade de empregabilidade e de acesso aos equipamentos sociais urbanos, precariedade e/ou ausência dos serviços públicos de saneamento básico e de infraestrutura dos espaços comuns de convivência e socialização. Considerando o exposto, o presente trabalho tem por objetivo auxiliar os moradores a desenvolverem sua autonomia individual e coletiva, visando ampliar e garantir os direitos sociais e urbanos, independentemente do resultado da ação judicial.

4.2. NO ÂMBITO DA PROPOSTA INDIVIDUAL

4.2.1. OBJETIVO

GERAL

Apoiar articulações conjuntas nas áreas comuns da Ocupação Guerreira Maria Felipa, a partir de uma análise dos locais que tem potencial para serem espaços de uso coletivo. Comunicar e orientar sobre a importância de preservar e viabilizar locais nas ocupações, destinando-as a atividades que melhorem a qualidade da moradia.

ESPECÍFICOS

- Mostrar ações capazes de potencializar o uso dos espaços coletivos
- Estimular a autonomia e ampliar o senso de comunidade nas ocupações.
- Estimular outras intervenções no espaço
- Evidenciar a importância dos espaços coletivos para melhoria da moradia

4.2.2. JUSTIFICATIVA

Nas cidades, a luta dos trabalhadores é dupla: contra o capital em geral e contra o capital imobiliário, que promove a espoliação urbana. É a luta de classes no espaço urbano, que se materializa nas duas formas que o capital imobiliário assume: o que explora a cidade para se apropriar da renda (proprietários de terras, imóveis e incorporadores); e o que obtém lucro com a produção do próprio espaço urbano (construtoras e financeiras) (HARVEY Apud Maricato, 1988). São esses atores que acabam empurrando para as favelas, ocupações e periferias a parcela da população que não consegue acessar o mercado imobiliário formal.

Os movimentos sociais em luta pelo direito à moradia, direito esse reconhecido na Constituição de 1988, em seu artigo 6º, e no Estatuto das Cidades (Lei Federal 10.257/2001), buscam por terrenos que estão subutilizados ou abandonados, já que o direito à propriedade privada de um terreno ou um imóvel está condicionado ao cumprimento de sua função social. Dessa forma os terrenos ocupados pelas famílias, geralmente encontram-se em áreas distantes dos centros urbanos, que ainda não possuem toda uma infraestrutura de lazer, transportes, saúde, e estão aguardando a valorização imobiliária.

As ocupações rompem com o paradigma da propriedade fundiária urbana de maneira radical: ocupam o espaço da cisão entre propriedade e posse, realizando o direito social fundamental à moradia nesse espaço; instauram um mundo possível da perda de propriedade em função do não cumprimento de uma função social fática (isto é, socialmente reconhecível). As ocupações demonstram que, a realização do direito à cidade se dá pela prática social, antes, além, ou contra o que pretende o planejamento e a regulação urbana entendida como ordem territorial (LELIS, 2016). Tal prática se realiza em nome de um dano, o dano da inexistência (ausência, invisibilidade e mudez) territorial que a reprodução da ordem planejada não cessa de causar a essa parcela. (RANCIÈRE, 1996).

O MSTB se valendo desse condicionante, da função social da propriedade, ocupou o terreno da Guerreira Maria Felipa, que estava abandonado. Porém, desde a chegada dos Conjuntos Bosque das Bromélias e Jardim das Margaridas, e o investimento em infraestruturas para dar suporte a esses conjuntos, a região foi atraindo o interesse de construtoras e a disputa pela área ficou cada vez mais intensa.

Diante desse cenário é muito difícil para as famílias se consolidarem completamente na Ocupação, e alcançarem o sentimento do espaço como moradia, pois além da insegurança sobre a posse do terreno, diante do interesse imobiliário, condição que limita a melhoria das moradias, os moradores enfrentam muitos problemas, como, a falta de conforto da habitação improvisada, dificuldade de transporte, de acesso ao lazer, falta de infraestrutura de drenagem, esgoto, iluminação, entre outros.

Na elaboração do Plano de trabalho, a equipe tinha definido como objetivo consolidar a ocupação e garantir a permanência dos moradores no local, a partir do desenvolvimento de produtos para cinco eixos. Cada eixo correspondendo ao trabalho de um residente, que seriam inicialmente, um Plano de Regularização Fundiária, um Plano Urbanístico Participativo, Ações em Saneamento Básico, Ações geradoras de Emprego e Renda, e Propostas para potencializar os Espaços Comuns.

Uma das primeiras formas de aproximação da equipe com os moradores foi a aplicação de um questionário de casa em casa, para entender um pouco mais sobre a realidade das famílias. A intenção da equipe foi conhecer melhor os moradores e os problemas enfrentados na ocupação, buscando dados ligados também a área de atuação de cada residente. Como o grupo é interdisciplinar, composto por Arquitetos, Urbanista, Engenheira Sanitarista e Ambiental, e Assistente social foram compilados dados diversos, sobre a infraestrutura da área e do entorno, sobre manejo dos resíduos, a tipologia das habitações, a composição familiar, faixa etária, faixa de renda, escolaridade, os motivos que levaram as famílias a ocuparem o terreno, suas expectativas, etc. Dados sociais, ambientais, econômicos e físico- espaciais.

Após essa aproximação com os moradores, as atividades realizadas nas oficinas, e o rumo referente ao processo de reintegração de posse o grupo resolveu que o foco central do trabalho seria a educação não-formal, fomentando discussões a respeito do direito à cidade, questões sociais, econômicas e técnicas que envolvem a realidade dos moradores dentro da Ocupação. Buscando orientá-los melhor sobre seus direitos como cidadãos e ampliando o conhecimento dos temas apropriados por cada residente: Regularização Fundiária, Questões Urbanas, Saneamento Ambiental, Trabalho e Renda e Espaços Comuns.

Diante da possibilidade de saída das famílias do terreno, e de um discurso desmotivado dos moradores, de que poucos se comprometiam em atividades para colaborar com o coletivo. A equipe decidiu que trabalharia nas oficinas o sentimento de coletividade, e autonomia, mostrando que se mais pessoas se articularassem para as atividades seria mais fácil concretizar ações na Ocupação.

O homem não pode participar ativamente na história, na sociedade, na transformação da realidade se não for ajudado a tomar consciência da realidade e da sua própria capacidade de transformar [...] Ninguém luta contra forças que não entende, cuja importância não meça, cujas formas de contorno não discirna; [...] Isto é verdade se, se refere às forças sociais[...] A realidade não pode ser modificada senão quando o homem descobre que é modificável e que ele o pode fazer. (PAULO FREIRE)

É de grande importância que a autoestima coletiva dos moradores seja fortalecida no processo de formação das ocupações e que eles sejam legitimados dentro de sua luta, posto que essa legitimação é condição para sua permanência nela. Para isso “[...] trata-se de produzir uma representação [sócio] social [...] de si mesmos, a qual possa contrapor-se a representações outras, eventualmente hostis, depreciativas e potencialmente deslegitimadoras de suas práticas e solapadas de sua autoestima coletiva.” (SOUZA, M., e TEIXEIRA, 2009, p. 33).

5. AÇÕES NO TERRITÓRIO

As atividades desenvolvidas no período de atuação da equipe de profissionais residentes junto a Ocupação Guerreira Maria Felipa, descritas abaixo, propuseram a utilização de metodologias participativas, para uma reflexão e apoderamento de informações trabalhadas na escala da localidade do bairro, do contexto da Cidade e da sociedade atual. As atividades buscaram promover rodas de conversas, oficinas, ações educativas e lúdicas, com participação efetiva dos moradores da Ocupação visando a troca de saberes técnicos, acadêmicos e populares.

Alves (2003), considera que uma compreensão mútua da linguagem é essencial para a intercompreensão. Dessa forma, a “escutatória”, metodologia utilizada por este educador, propõe que a partir da escuta e da partilha de informações o aprendizado ocorre de forma mútua de parte a parte, favorecendo a construção de um saber comum, por meio de rodas de conversas, atividades coletivas ilustrativas, estimulando o lúdico e o cognitivo.

Como defendido por Freire (1987), a educação deve ser pautada em um formato que vise a problematização das questões pertinentes à vida das pessoas, fato que envolve a relação direta do conteúdo formal com o não formal, se apropriando da linguagem do seu cotidiano para levar as questões, incitando o pensamento crítico. O aluno, com a riqueza do seu próprio saber, seria incitado à criatividade e à consciência crítica, fundamentado assim no diálogo com a aprendizagem feita conjuntamente: Educar x Educando, e não simplesmente depositando o conteúdo na mente do aluno. Dessa forma, entende-se que o oprimido a partir do momento em que começa a criar a consciência e voz crítica, inicia a desconstrução das introjeções das ideias negativas como a estigma da pobreza, elevando-se a um outro patamar, entendido como o reconhecimento do valor de sua ação no mundo e do seu poder de transformação, mesmo que de forma modesta em seu dia a dia, mas compreendendo o seu valor como homem consciente do protagonismo de sua história.

Em continuidade aos conceitos relativos à educação, para Gohn (1999), a educação não-formal designa um processo de formação para a cidadania, de capacitação para o trabalho, de organização comunitária e de aprendizagem dos conteúdos escolares em ambientes diferenciados, podendo em muitos casos ser associada a outros modelos de educação, como a social, a popular e a comunitária. Entendendo que o trabalho a ser desenvolvido pela equipe seria realizado em uma Ocupação com moradores que possuem diversos tipos de conhecimentos, experiências e vivências, estabeleceu-se que o conceito teórico que mais condiz com esta realidade e mais eficiente para o alcance do objetivo da equipe seria focado na educação não-formal.

Dessa forma, a equipe traçou uma estratégia que visava diluir esse formato de trabalho em quatro frentes de atuação: oficinas, ações educativas, circuito cultural e mão na massa. As oficinas surgem como necessidade da equipe em obter maiores informações sobre as demandas apresentadas pelo MSTB a RAU+E, de entender o território da Ocupação, junto com os moradores e de construir estratégias futuras de forma participativa.

As Ações Educativas surgem a partir da percepção dos residentes sobre a necessidade de trocar com os moradores conhecimentos sobre os temas trabalhados por cada integrante da equipe, isso ocorreu em consonância com um momento que a permanência deles no terreno passou a ser incerta⁹. Nesse contexto, as temáticas tinham o intuito de estimular os moradores a respeito da sua autonomia nos processos decisórios e fortalecer o discurso sobre o direito à terra e à moradia.

O Circuito Cultural tinha como intenção, abordar os conteúdos de maneira lúdica e leve, assim como houve a tentativa de atrair moradores que não participam das ações da equipe. Por fim, o Mão na Massa tinha como objetivo deixar algo concreto no território, a partir das demandas e desejos dos moradores. As oficinas ocorreram em três encontros, as ações educativas em quatro - abordando cinco temas, o circuito cultural em dois e houve um encontro para a atividade mão na massa.

5.1. OFICINAS

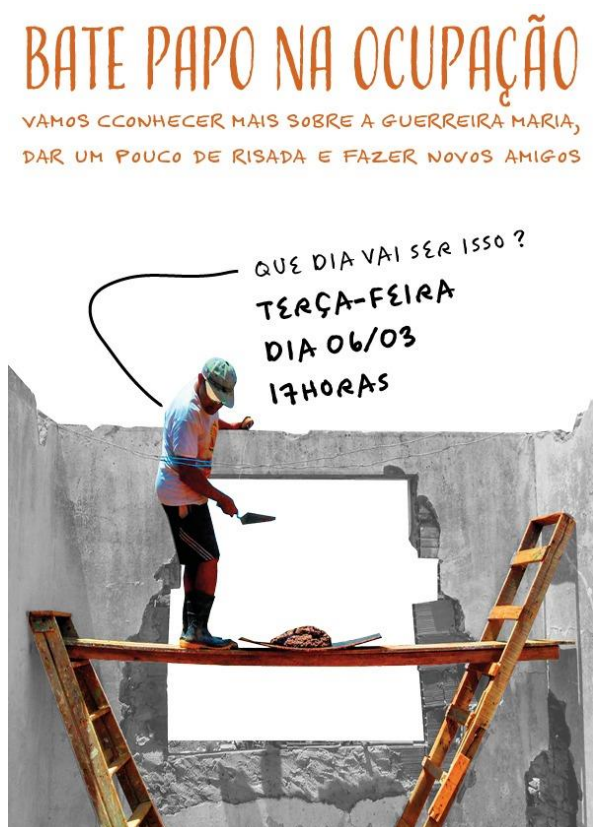
5.1.1. Oficina - Cartografia

A Oficina de Cartografia foi a primeira realizada pela equipe na Ocupação Guerreira Maria Felipa, foi construída em conjunto com Leonardo Stanziola, estudante da graduação em Arquitetura e Urbanismo que está desenvolvendo o seu Trabalho Final de Graduação (TFG) na Ocupação, orientado pela professora Thaís Troncon Rosa. O objetivo central foi o mapeamento das especificidades da Ocupação dentro dos temas (Habitação, Saneamento Básico, Geração de Trabalho e Renda, Espaços Comuns, Questões Urbanas, Regularização Fundiária) que seriam trabalhado pelos integrantes da equipe.

Para planejar a oficina, a equipe de residentes da RAU+E reuniu-se com Leonardo, para organizar e dividir tarefas. Utilizou-se imagens aéreas do Google para construção de mapas que ilustravam a configuração espacial da Ocupação. Para divulgar a oficina, foi criado um panfleto e entregue aos moradores (Figura 15).

⁹ Detalhes acerca da questão não podem ser descritas no trabalho por ainda estarem em negociação e por existir possibilidade de prejudicar os moradores no processo.

Figura 15 - Panfleto utilizado para divulgar a Oficina da Cartografia na Ocupação



Fonte: Acervo da Equipe, 2018.

Foi planejado que a oficina começaria informalmente, com algumas comidas e bebidas, assim os moradores poderiam chegar aos poucos, se servirem e ao mesmo tempo familiarizar-se com o mapa da Ocupação exposto em uma mesa. A ideia era que identificassem a própria casa no espaço. Ao chegar um número razoável de moradores, a oficina foi dividida em dois grupos. Foram utilizados ícones para representar, as seguintes questões (Figura 16) relacionadas ao tipo de atividade remunerada desenvolvida, pontos de alagamento, infiltração, erosão, pontos de descarte de lixo doméstico e de construção, trechos de rua pavimentados, casas que possuem banheiro, fossa, horta, jardim, árvore e pontos de água. Outras questões foram relacionadas à locais de reunião, áreas utilizadas pelas crianças para brincar, locais que ocorrem festas e atividades religiosas, assim como os que mais gostam e acham mais agradáveis. Por fim, algumas questões se relacionavam com o meio de locomoção utilizado nas casas como carro, moto e bicicleta.

Figura 18 - Aproximação de moradores com o mapa



Fonte: Acervo da equipe, 2018.

Na atividade havia uma média 40 pessoas, que foram divididas em dois grupos, um grupo identificou questões relacionadas ao saneamento e trabalho e renda (Figura 19) e o outro as questões relacionadas à arquitetura e ao urbanismo (Figura 18).

Figura 19 - Mesa com grupo das questões relacionadas à saneamento trabalho e renda



Fonte: Acervo da equipe, 2018.

Notou-se dispersão e saída de alguns moradores ao longo da atividade. O papel manteiga colocado sobre o mapa (Figura 20) e a falta de iluminação local dificultou para que alguns moradores enxergassem ou conseguissem se localizar no espaço, principalmente em um dos mapas que não possuía a numeração das casas. Essa dificuldade limitou a participação das pessoas.

Figura 20 - Marcações feita sobre o papel manteiga na Oficina da Cartografia



Fonte: Acervo da equipe, 2018.

Esses dados foram compilados pela equipe, e serviu para iniciar a construção do diagnóstico da Ocupação Guerreira Maria Felipa, complementado posteriormente pela atualização do Cadastro Socioeconômico e de visitas técnicas.

5.1.2. Oficina - Moradia é só casa?

A Oficina intitulada “Moradia é só casa?” foi pensada seguindo uma metodologia interativa, focando na troca do saber vivido em contraponto ao que é previsto como direito pela legislação, e uma metodologia reflexiva, pois foi avaliado de forma coletiva os resultados obtidos, permitindo o esclarecimento sobre o conceito de moradia para além do espaço físico da casa, chegando ao entendimento do que seria o direito à cidade. Como suporte para construção desta oficina, foi utilizada a Tabela da Cesta Básica do DIEESE para a Região 2, da qual o estado da Bahia faz parte, como referência para identificar os gastos básicos de uma família¹⁰ (Figura 22).

Figura 21 - Itens da Cesta Básica segundo o DIEESE por região

Tabela de provisões mínimas estipuladas pelo Decreto Lei nº 399

Alimentos	Região 1	Região 2	Região 3	Nacional
Carne	6,0 kg	4,5 kg	6,6 kg	6,0 kg
Leite	7,5 l	6,0 l	7,5 l	15,0 l
Feijão	4,5 kg	4,5 kg	4,5 kg	4,5 kg
Arroz	3,0 kg	3,6 kg	3,0 kg	3,0 kg
Farinha	1,5 kg	3,0 kg	1,5 kg	1,5 kg
Batata	6,0 kg	-	6,0 kg	6,0 kg
Legumes (Tomate)	9,0 kg	12,0 kg	9,0 kg	9,0 kg
Pão francês	6,0 kg	6,0 kg	6,0 kg	6,0 kg
Café em pó	600 gr	300 gr	600 gr	600 gr
Frutas (Banana)	90 unid	90 unid	90 unid	90 unid
Açúcar	3,0 kg	3,0 kg	3,0 kg	3,0 kg
Banha/Óleo	750 gr	750 gr	900 gr	1,5 kg
Manteiga	750 gr	750 gr	750 gr	900 gr

Fonte: Decreto Lei nº 399 de 1938. Quadro anexo. As quantidades diárias foram convertidas em quantidades mensais.

Obs.: Região 1 - Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás e Distrito Federal.

Região 2 – Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

Região 3 - Estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Nacional - Cesta normal média para a massa trabalhadora em atividades diversas e para todo o território nacional.

Fonte: DIEESE, 2016.

Esta metodologia consistiu na apresentação dos itens da cesta básica em duas cartolinas, iniciando as discussões em torno tanto dos alimentos indicados pela Tabela do DIEESE, como de outras despesas essenciais citadas pelos moradores no momento da Oficina como lazer, higiene, transporte, medicamentos, merenda das crianças, gás de cozinha e material de limpeza. Dessa forma, foi montado, de modo coletivo e interativo, o valor final equivalente às despesas mensais de uma família.

¹⁰ O DIEESE considera, para o estabelecimento dos cálculos, que uma família é formada por dois adultos e duas crianças.

A dinâmica transcorreu por meio de questionamentos direcionados aos moradores presentes na Oficina no que se refere ao preço dos alimentos. Os dados foram registrados na cartolina para que ao término, fossem somados aos outros gastos essenciais, citados anteriormente. Dentre os gastos essenciais, os valores de despesas com material de limpeza, merenda para crianças, medicamento e lazer, foram somados valores médios apresentados pelos moradores, por exemplo, alguns moradores falaram que tinham um gasto de R\$50,00, outros de R\$100,00 e outros de R\$150,00 com a merenda das crianças, para o cálculo foi então adotado o valor médio, R\$100,00. Para o gás de cozinha foi utilizado o valor de 1 botijão de gás por mês, considerando que alguns moradores afirmaram gastar mais e menos que isso por mês a depender da quantidade de moradores na casa e das atividades remuneradas desenvolvidas. Para o transporte, o valor utilizado foi de 40 transportes por mês cuja tarifa é R\$3,70, totalizando R\$148,00, isso levaria em conta que um membro da família faria duas viagens por dia, cinco dias por semana. O vestuário foi apontado como um item importante, porém não foi possível chegar a um valor médio que satisfizesse os moradores presentes, já que os que foram apresentados, eram muito díspares e que alguns moradores apenas acessam o vestuário por meio de doações. Este somatório representou o orçamento final das despesas básicas para uma família viver com dignidade.

Ao final chegou-se à conclusão de R\$997,49, na perspectiva de mercados grandes e R\$831,45 para os mercados pequenos, destacando que neste montante consta a somatória dos gastos da Cesta Básica e das outras despesas essenciais (Figura 23). Uma questão pontuada pelos moradores foi a grande dificuldade de acesso a aquisição de alimentos em mercados grandes em função da distância.

Figura 22 - Tabela construída com os moradores com base na tabela do DIEESE

ALIMENTOS	Mercado Pequeno	Mercado Grande	TOTAL	
Cesta Básica			183,45	349,46
45kg Carne	12,00	15,00	Salário Mínimo	R\$ 954,00
6l Leite	3,70	4,00		19 % 36 %
4,5kg Feijão	3,50	3,00	Outras Despesas Essenciais	
3,6kg Arroz	2,50	2,35	Material Limpeza (casa e pessoal) - 120,00	
3kg Farinha	4,00	5,00	Merenda (criança) - 100,00	
12kg Legumes (tomate)	2,00	3,00	Transporte - 148,00	
6kg Pão Francês	8,00	12,00	Gás de Cozinha - 80,00	
300g Café em pó	4,00	5,00	Medicamento - 50,00	
90unid. Frutas (Banana)	3,00	5,00	Lazer - 150,00	
3kg Açúcar	2,00	2,50	Vestuário	831,45 (Mercado Pequeno)
750gr Banha/Oleo	3,20	3,00		3.795,24 (Mercado Grande)
750gr Manteiga	2,50	3,00		997,49 (Mercado Grande)

Fonte: Acervo da equipe, 2018.

Isto posto, refletiu-se sobre o impacto direto deste orçamento na realidade das famílias. Concluiu-se que o salário mínimo não seria suficiente para se ter acesso às necessidades básicas garantidas na CF/1988, presentes no artigo 6º, que versa sobre os direitos sociais, e no artigo 7º, inciso IV, que define que o valor do salário mínimo deva ser capaz de atender as necessidades vitais básicas, entre elas, alimentação, moradia, saúde, lazer, higiene, transporte, previdência social, entre outras. A impossibilidade de acessá-los tem como consequência a negação do Direito à Cidade e à Moradia. É importante ressaltar que os custos para formalização da Ocupação não foram incluídos no cálculo realizado, à exemplo de prestações cobradas em casa de inclusão em Programa Social, taxas de água, esgoto, luz e IPTU, o que dificultaria ainda mais o acesso aos direitos sociais considerando a renda que possuem.

Figura 23 - Oficina Moradia é só Casa?



Fonte: Acervo da Equipe, 2018.

Iniciando outro ciclo de discussões, questionou-se soluções a serem adotadas para resolver a problemática. Várias intervenções foram feitas pelos moradores, podendo ser destacado: pensar a renda de maneira coletiva, promover formas de trabalho para auxiliar na complementação da renda, comprar máquinas de costura, unir e organizar habilidades dos profissionais a fim de viabilizar a execução das ideias. Outras soluções foram a necessidade de formação, aprendizado e compartilhamento do conhecimento, além do Casarão como espaço com potencial para sediar a capacitação e a realização das atividades de Trabalho e Renda, dando a este Espaço Comum um caráter multiuso.

Ao final da discussão, os moradores demandaram que houvessem atividades que abrangessem os temas: usos e melhorias construtivas para o Casarão, a necessidade de se criar uma Associação e o conceito de Cooperativa. Sendo assim, foi feita uma votação para definir qual a prioridade a ser discutida na semana seguinte, em uma oficina extra. O tema escolhido pelos moradores foi o Casarão.

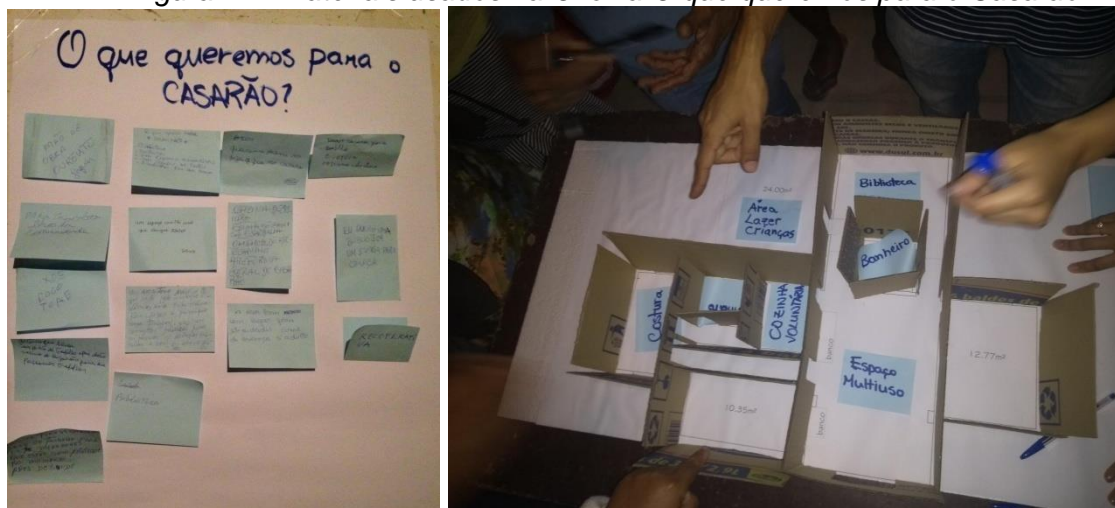
5.1.3. Oficina O que Queremos para o Casarão?

No início da Ocupação, os moradores encontraram uma construção em alvenaria deteriorada pelo tempo e falta de manutenção, sem cobertura, portas e janelas e com paredes comprometidas, que chamam de Casarão. Com o passar dos meses, diversos mutirões de reforma foram realizados, foi feita a instalação de metade da cobertura, das esquadrias, de algumas portas e janelas, além do conserto de paredes em alguns cômodos. A Ocupação contou com doação de parte do material necessário para o andamento da reforma, porém, “lira”, e os responsáveis por sua execução encontraram dificuldade de mobilizar um número maior de moradores para colaborar nas atividades e as concluir.

Como mencionado anteriormente, esta Oficina foi demandada pelos moradores com o objetivo de discutir as possibilidades de usos para cada cômodo do Casarão e de incentivar a mobilização para continuação na reforma do mesmo. Inicialmente este Espaço Comum era visto por parte do Movimento, da liderança e dos moradores como uma potencial área coletiva, para desenvolvimento de atividades geradoras de trabalho e renda, realização de reuniões, encontros e aulas.

No início da atividade foi feita a distribuição de *post its* para que os moradores escrevessem que tipo de uso eles imaginavam para o Casarão. Os *post its* foram colocados em uma cartolina para visualização de todos e agrupados por tema para serem discutidos. Depois das ideias serem filtradas e aprovadas pela maioria, os usos definidos foram espaços para biblioteca, costura, artesanato, lazer para crianças, cozinha comunitária e sanitários, além de um espaço multiuso. No passo seguinte, utilizou-se uma maquete do Casarão para auxiliar na discussão do cômodo em que aquele uso se adaptaria melhor (Figura 25).

Figura 24 - Materiais usados na Oficina O que queremos para o Casarão?



Fonte: Acervo da equipe, 2018.

Como encaminhamento, alguns presentes na reunião ficaram responsáveis em fazer uma lista com nomes e contatos de moradores que tinham experiência em construção que normalmente não participam das reuniões e não contribuem para o trabalho coletivo para viabilizar a reforma do Casarão. A equipe de residentes entrou em contato com eles com o objetivo de sensibilizá-los sobre a importância em participar das atividades, além de perceber o interesse e identificar disponibilidade dos mesmos.

Em decorrência da Oficina, foram desenvolvidos dois mutirões, para a reforma do casarão durante o período de um mês. O primeiro foi bem-sucedido com participação expressiva dos moradores. O segundo apresentou certa dificuldade de ocorrer, pois os moradores apresentaram-se dispersos e sem motivação. A situação foi contornada pela equipe que contribuiu para que todos se reunissem novamente e empreendessem esforços para concluírem as metas propostas para o dia.

5.1.4. Ações Educativas - Vamos Pensar juntos?

As Ações Educativas tiveram como objetivo ampliar os conhecimentos relativos aos temas: Saneamento Básico, Espaços Comuns, Regularização Fundiária, Questões Urbanas e Geração de Renda, a partir de apresentações de referências e discussão junto aos moradores buscando soluções alternativas adequadas à realidade da Ocupação. As ações foram norteadas pelo princípio da educação não-formal, que está ligada fortemente à aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos e à participação em atividades grupais, sejam adultos ou crianças.

Considera-se que o desenvolvimento das ações educativas resultou na formação e capacitação não somente dos moradores como também dos profissionais da equipe de trabalho, que ampliaram o campo de conhecimento de suas áreas técnicas e das demais áreas.

Os temas discutidos com os moradores foram estabelecidos a partir das respostas obtidas com a atualização do cadastro socioeconômico, realizada nos meses de abril e maio de 2018. Um dos questionamentos estava relacionado aos sonhos dos moradores, o que originou o mapa dos desejos (Figura 25), fruto da compilação destes sonhos por eixo de trabalho dos residentes, e um sexto aspecto que abrange todos os eixos: relações sociais. Percebeu-se que em função da negação dos direitos sociais básicos, para os moradores o acesso a eles é tido como um sonho.

Figura 25 - Mapa dos Desejos



Fonte: Elaborado pela equipe, 2018.

A partir de tal compilação, decidiu-se realizar uma oficina tendo como objetivo introduzir conhecimentos relativos aos temas trabalhados pela equipe de profissionais residentes, discutindo com os moradores alternativas, com intuito de sensibilizá-los e aumentar o repertório, estimulando debates a partir da educação não-formal.

Inicialmente pensou-se em realizar uma oficina com a divisão de 5 grupos, onde cada profissional conduziria a discussão em torno dos assuntos elencados ao seu eixo de trabalho e posteriormente os moradores iriam compartilhar com os demais grupos os resultados da discussão de seus respectivos grupos.

a) Ação Educativa Saneamento

A oficina foi programada para ocorrer no dia 26/07/2018, contando como recurso fotos ilustrando os assuntos do mapa dos desejos. No dia, percebeu-se uma quantidade pequena de participantes inicialmente, inviabilizando a ideia de dividi-los em 5 grupos. Sendo assim, optou-se por realizar uma Ação Educativa com todos os moradores presentes discutindo sobre cada tema isoladamente, a primeira ação foi sobre Saneamento Ambiental. Como resultado, a Ação programada para acontecer em um encontro com duração de 2h reverberou em mais 3 encontros, sendo discutidos os demais temas de forma individual

(Espaços Comuns, Regularização Fundiária, Questões Urbanas e Geração de trabalho e renda) totalizando 5 Ações Educativas, condensadas em um total de quatro encontros.

Figura 26 - Moradores na Ação Educativa de Saneamento



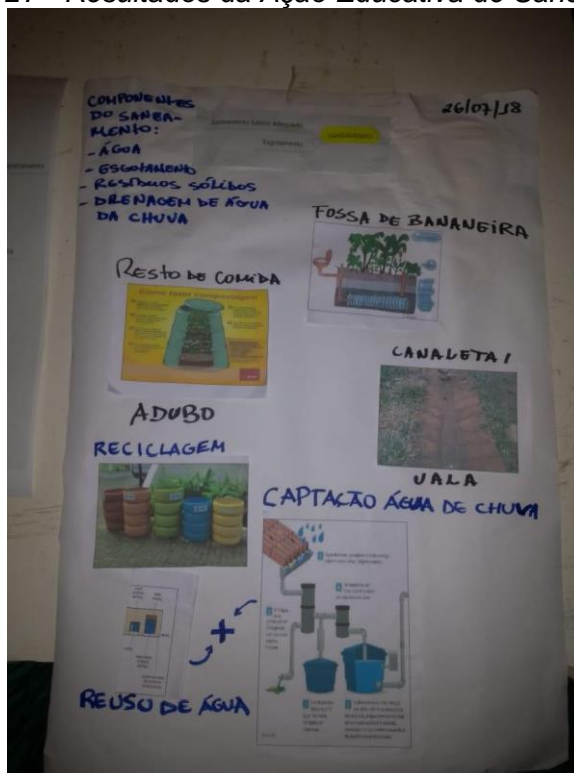
Fonte: Acervo da equipe, 2018.

A discussão sobre Saneamento Ambiental foi iniciada com a introdução do conceito de saneamento básico e seus componentes: abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e das águas pluviais. Discutiu-se acerca das alternativas de tratamento de esgoto com ilustrações dos tipos de fossa (séptica, seca, tanque de evapotranspiração - bananeira). Quanto à drenagem das águas pluviais apresentou-se tais alternativas: canaleta de tijolos, sumidouro e captação da água de chuva, tanto como alternativa de reduzir o escoamento superficial no terreno, quanto para reuso da água. Outra alternativa apresentada foi o reuso das águas servidas (águas cinzas - pia da cozinha e do banheiro, água de banho e lavagem de roupas) para usos menos nobres.

Quanto aos resíduos sólidos, discutiu-se acerca dos aterros sanitários, sobre como as empresas ganham por tonelada coletada e disposta, sobre a coleta seletiva como forma de diminuir a quantidade de resíduos descartado e o princípio da Lei nº 12.305/2010 sobre não gerar, reduzir, reutilizar e reciclar. Como há moradores que trabalham com coleta de recicláveis iniciou-se a discussão sobre potencializar tal trabalho com a implementação da separação seletiva na Ocupação.

Discutiu-se também sobre a encosta, onde foram apresentadas ilustrações de vegetação que podem ser plantadas na encosta, assim como as que não são recomendadas. Falou-se também nos cuidados em construir próximo ao limite das encostas, e as distâncias recomendadas.

Figura 27 - Resultados da Ação Educativa de Saneamento



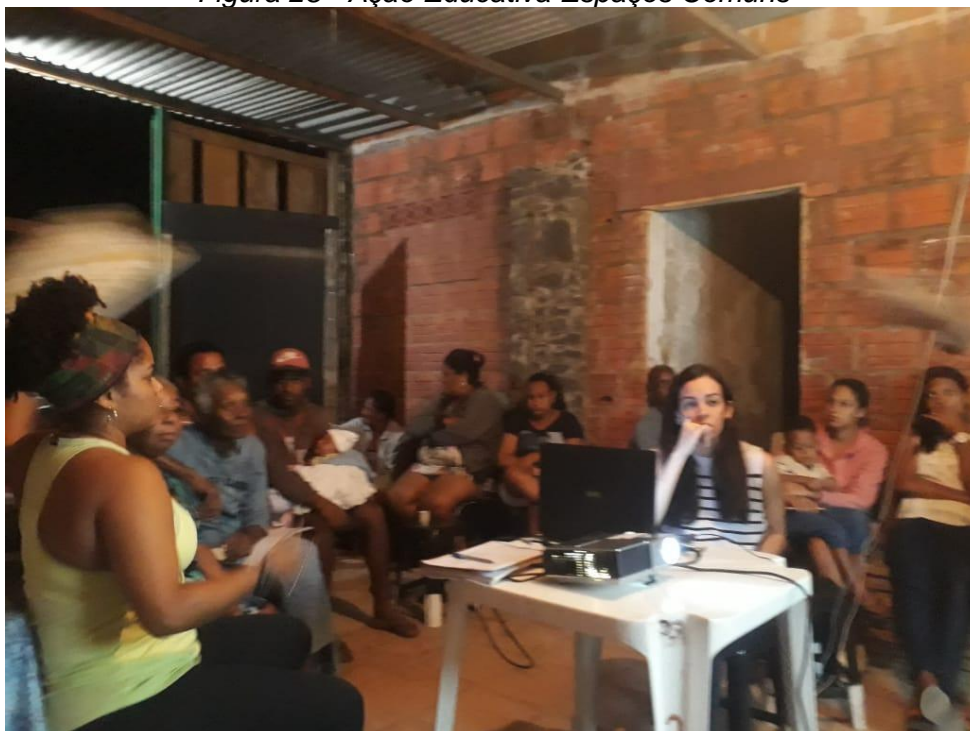
Fonte: Acervo da Equipe, 2018.

A discussão resultou na produção de um cartaz com as alternativas mais aceitas pelos moradores: composteira, coleta seletiva, fossa bananeira, uso da água de chuva e reuso das águas cinzas e a canaleta de tijolos para drenagem das águas pluviais e residuárias.

b) Ação Educativa Espaços Comuns

A ação educativa, ocorreu no dia 02/08/2018 com a participação de 30 pessoas, a atividade foi pensada levando em consideração o mapa dos desejos, compilado por meio do cadastro, onde muitos moradores trouxeram a necessidade de espaços de lazer para as crianças. Para introduzir o tema foi falado dos aspectos que formam o desenho urbano (os lotes, as calçadas, as ruas) e como um conforma o outro, da relação do lote com o espaço de uso comum/ coletivo, da importância de respeitar os limites do lote da casa, para garantir o espaço público da rua, e de reservar áreas para o uso coletivo (Figura 29).

Figura 28 - Ação Educativa Espaços Comuns



Fonte: Acervo da equipe, 2018.

Pensando no desejo dos moradores e na importância de garantir esses espaços comuns, foram mostrados exemplos de praças e brinquedos infantis feitos com materiais alternativos, como pneus e *palletes*. Ao visualizarem que eram alternativas práticas que poderiam ser executadas na Ocupação, os moradores manifestaram a vontade de executar ao lado do Casarão, em uma área que muitos costumam sentar pra conversar e as crianças gostam de brincar, algo inspirado nos exemplos mostrados. A partir desse interesse foi idealizada a oficina mão na massa, para executar de forma coletiva mobiliários para potencializar o uso deste local.

c) Ação Educativa Regularização Fundiária

Para esta atividade, que ocorreu no dia 02/08/2018, contou com a participação de 30 moradores da Ocupação. Tinha como objetivo explicar e discutir sobre os conceitos específicos que envolvem o tema da regularização fundiária, contudo, mediante a grande abrangência deste conteúdo e a complexidade dos termos técnicos, esta atividade procurou destacar de maneira didática alguns dos tópicos emergentes do mapa dos desejos, os resultados coletados do cadastro socioeconômico (Figura 30).

Figura 29 - Ação Educativa Regularização Fundiária



Fonte: Acervo da equipe, 2018.

Seguindo o padrão das oficinas anteriores, com o uso do *Power Point*, a exposição contou em um primeiro momento com uma apresentação discursiva de ilustrações que visavam ampliar o repertório dos moradores e esclarecer sobre o entendimento do que venha a ser uma regularização fundiária, e de quais são as suas implicações na cidade. Por meio dessa abordagem, foi possibilitado o entendimento sobre os aspectos estruturais e funcionais das cidades, partindo da escala macro à micro, trazendo os conceitos de cidade formal e informal, intervenções urbanísticas de baixo custo a alto custo, principalmente em áreas públicas, e ou de ocupações já consolidadas, tanto no Brasil, como em outros locais como Bogotá e Medellín na Colômbia.

Além destes pontos, foi importante esclarecer quais as diferenças entre conjuntos habitacionais e condomínios abertos e fechados, a influência da legislação e dos pontos que a mesma evidência pertinentes aos processos de regularização fundiária, comentando de forma sucinta e breve sobre a importância do Plano Diretor de Salvador revisado em 2016, evidenciando o seu conceito, bem como sua aplicabilidade e interferência na produção das Cidade. O uso de exemplos serviram para demonstrar realidades similares às da Ocupação, evidenciando em alguns casos como em São Bernardo do Campo o protagonismo de alguns dos movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que discutem o Direito à Cidade no atendimento da função social da propriedade evidenciando e

reforçando o papel principal da união das pessoas inseridas nessas lutas e reforçando o propósito da luta dos moradores na Ocupação atual em que residem.

Em um segundo momento fora apresentado a maquete da Ocupação que se mostrou útil para o entendimento do terreno, das limitações e disposição dos lotes, evidenciando a necessidade da criação de acordos de vizinhança, no intuito de criar um senso de organização espacial que vise o respeito às regras de convivência e de bem estar equânime para todos, na tentativa de simular a aplicabilidade e o funcionalismo quando esta expressa pelos termos das Leis: nº 6.766/1979 - Lei do Zoneamento do Uso do Solo, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – Lei nº 9.069/2016 e no Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, no Artigo 71, Título III, Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo – Lei nº 9.148/2016.

Na sequência da apresentação, a mostra de ilustrações serviu para tornar evidente e esclarecer para os mesmos localidades e os diversos formatos. Neste momento não se discutiu sobre estratégias e possibilidades de regularização da Ocupação, elas foram tratadas posteriormente quando houve tentativa de formação de comissão¹¹ com alguns moradores.

d) Ação Educativa Questões Urbanas

Na Ação Educativa das Questões Urbanas, que ocorreu no dia 07/08/2018 e contou com a presença de 31 participantes, foram utilizadas a apresentação em Power Point e o projetor como recurso para explicação dos temas: saúde, educação, segurança, iluminação, infraestrutura, transporte e serviços (Figura 31).

¹¹ Comissão foi criada com o intuito de buscar e discutir alternativas para Regularização Fundiária da Ocupação Guerreira Maria Felipa, informações mais detalhadas estão no trabalho “Conhecer para Resistir: Ações Educativas na Ocupação Guerreira Maria Felipa proposições para Regularização Fundiária”.

Figura 30 - Ação Educativa Questões Urbanas



Fonte: Acervo da equipe, 2018.

No jogo de slides preparado foram utilizadas ilustrações e informações sistematizadas sobre os direitos deles para estimular o debate. O objetivo é que passassem a enxergar a relação entre moradia, espaço urbano e a busca por seus direitos.

Nos temas de saúde, educação e transporte o foco para a apresentação foi no fornecimento de informações relacionadas aos serviços que os moradores têm direito, onde podem acessá-los e onde podem solicitar e reclamar, conversando com os moradores sobre tais iniciativas.

Em relação à saúde tratou-se dos Distritos Sanitários no município de Salvador, que eles são uma estratégia de construção do SUS no Município, além de ser um território menor que facilita o planejamento e a gestão e que eles estão situados no Distrito Sanitário de Itapuã. Também foram mencionados os tipos de unidades, os serviços prestados, o público atendido e os dias e horários de funcionamento. Ao final, os serviços de emergências foram citados e foi questionado aos moradores se sabiam em que situações deveriam chamá-los.

Como o tema Educação também seria tratado na Ação Educativa de Geração de Renda, em questões urbanas foi falado sobre a divisão da gestão por nível entre a Prefeitura Municipal de Salvador e Governo do Estado da Bahia. Em seguida foi mostrado o mapeamento feito com base no Cadastro Socioeconômico realizado na Ocupação, sendo nesse momento discutida a distância até as escolas e a dificuldade que isso impõe às famílias, tanto em

relação a custos quanto a tempo para deslocamento. Por fim, foi falado das duas escolas mais próximas, as Escolas Municipais Bosque das Bromélias e Jardim das Margaridas, sendo a primeira uma conquista obtida pelos moradores que residem no Conjunto Bosque das Bromélias, e que até o momento atendem as demandas para os estudantes até o 8º ano do Ensino Fundamental.

Os temas segurança e iluminação, foram tratados em conjunto. Inicialmente, foram mostradas duas imagens de ruas sem movimentação de pessoas e com muros altos em ambos os lados. Perguntou-se aos moradores se sentiriam inseguros ao andar por essas ruas. Foi questionado como se sentiriam dentro dos muros, muitos disseram que sentiriam-se seguros. Em seguida, pediu-se que imaginassem uma situação em que estivessem dentro dos muros, e caso ouvissem um barulho fora dele e não tivessem como enxergar o que houve. O questionamento foi repetido e nesse momento alguns moradores disseram que prefeririam ter algum tipo de muro com abertura mínima para que pudessem visualizar o que ocorresse na rua.

As imagens seguintes mostravam ruas que se adequam aos conceitos apresentados por Jane Jacobs (2011) e Jan Gehl (2018) de ruas vivas, olhos na cidade e escala humana. Enquanto alguns moradores disseram que se sentiriam mais seguros andando nessas ruas, outros afirmaram que não relacionam grande quantidade de pessoas em um espaço com segurança e compararam a quando vão à Av. Sete de Setembro, no Centro da Cidade de Salvador. A insegurança em ruas menos movimentadas está relacionada à possibilidade de roubo, estupro, sequestro, violências que costumam ocorrer em locais que não possuem, como chama Jacobs (2011), “olhos na rua”. Enquanto isso, nas ruas mais movimentadas, como a avenida citada pelos moradores, a insegurança se relaciona principalmente a furtos, quando é preciso ter atenção com as bolsas, carteiras e outros pertences.

Quanto à Iluminação, foi utilizada novamente uma imagem de referência que mostrava uma rua com pouca iluminação e foi feito o comparativo entre a baixa iluminação e a segurança. Em seguida foram mostradas imagens da disposição dos postes na Ocupação e comparadas ruas onde os postes possuem lâmpadas e as que não possuem. Por fim, foram mostradas ruas com uma boa distribuição dos postes e, conseqüentemente, bem iluminadas.

Com relação a infraestrutura foi questionado primeiro o que eles entendem por infraestrutura e muitos relataram ser a pavimentação, as redes de drenagem e esgotamento sanitário e postes de iluminação. Foi falado então que representa esse sistema de infraestrutura e também foram tratadas outras infraestruturas como transporte, educação, saúde.

Com relação a transporte foi iniciado falando da pirâmide inversa do tráfego, comparando-a com a realidade que vivem e como deveria ser. Em seguida foram mostradas imagens que comparam cruzamentos onde a prioridade são os veículos motorizados individuais e outras que as prioridades são os pedestres, ciclistas e meios de transportes coletivos. Nesse momento também foi feita a tentativa de relacionar as percepções que na maior parte pertencem ao segundo grupo (pedestres, ciclistas e usuários de transportes individuais) com relação a oferta, qualidade do que eles têm acesso e sensação de segurança. Referências de outras cidades e países foram trazidas para que pudessem ver outros cenários. Por fim, foi falado rapidamente do Plano de Mobilidade Sustentável de Salvador, em fase de finalização na época da Ação Educativa. Ficou claro que os moradores não sabiam o que era o Plano, sua importância, nem ouviram falar das audiências públicas realizadas para a sua elaboração. Pontuamos algumas ações específicas previstas no Plano como a substituição do trem do Subúrbio pelo Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) e da construção do que estão chamando de VLT Metropolitano, que está previsto para ir do Aeroporto até Simões Filho passando pelo bairro de São Cristóvão e em seguida pela BR-526 Cia/Aeroporto. Para eles não ficou claro por qual parte da BR-526 passaria o VLT. Também foram passados números que poderiam entrar em contato com a Integra (consórcio do transporte de ônibus de Salvador) e com a Ouvidoria da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana (Semob).

Para tratar de serviços foi utilizado o mapeamento mostrado no seminário interno II de serviços existentes no entorno, nesse momento foi questionado quais eles acessam ou não e por quais motivos. Também foi ressaltada a iniciativa de alguns moradores de suprir a falta de serviços empreendendo dentro da própria Ocupação.

Ao final desta Ação Educativa, os moradores mostraram que entenderam quais eram os seus direitos, também entenderam qual a diferença entre os serviços estaduais e municipais e porque não podem acessar alguns (geralmente os da rede municipal) em outros municípios, uma constante na região que vivem, de divisa com Lauro de Freitas e Simões Filho.

Ficou clara a relação de dependência dos moradores para com “Iara”, deixando a encargo da mesma em encontrar soluções para suas questões e não em tomar a iniciativa de se organizarem como coletivo para tal. Também se nota o uso dessa centralização de ações e iniciativas pela liderança como forma de controle e poder.

Eles demonstraram interesse em entender mais sobre determinados assuntos, como os cursos profissionalizantes e sobre atendimentos de saúde.

e) Ação Educativa Geração de Renda e Trabalho

A ação educativa sobre geração de trabalho e renda, ocorreu no dia 14/08/2018 e contou com presença de 23 moradores. Foram utilizadas a apresentação em Power Point e o projetor como recurso para explanação dos temas: formação escolar básica, cursos de formações profissionais, Benefícios previdenciários, cooperativa e Microempreendedor Individual (MEI). Nos slides produzidos foram utilizadas imagens, textos com conteúdos sobre cada tema, informações compiladas e perguntas com objetivo de estimular debates para melhor compreensão dos assuntos (Figura 32).

Figura 31 - Ação Educativa Geração de Renda



Fonte: Acervo da equipe, 2018.

No que se refere à formação escolar básica, falou-se sobre a importância da continuidade desta como pré-requisito para acessar cursos profissionalizantes e o mercado de trabalho formal. Foi citado como forma de exemplificar a questão, o Centro Estadual de Educação Profissional em Tecnologia, Informação e Comunicação, localizado no Município de Lauro de Freitas, unidade mais próxima da Ocupação, que oferece cursos de educação básica e profissionalizante tais como: Programa de Educação Jovens e Adultos (PROEJA) - Educação básica concomitante ao profissionalizante para jovens e adultos que não concluíram o ensino médio, Educação Jovens e Adultos (EJA) - educação básica, e

Educação Profissional Subsequente ao Ensino Médio (PROSUB) - para aqueles que concluíram o ensino médio.

Outro tema abordado foi relacionado aos cursos de formação profissional e a sua importância para valorização no mercado de trabalho formal. Apresentou-se critérios, períodos e algumas instituições que ofertam os cursos gratuitos, presenciais e a distância. Discutiu-se sobre a viabilidade de realização de cursos internos, ministrados pelos próprios moradores da Ocupação a partir de suas experiências e habilidades baseadas na profissão que o mesmo exerce. Os cursos internos foram almejados para serem realizados no casarão, espaço comum utilizado para atividades coletivas.

No que tange aos Direitos Previdenciários foram apresentadas as possibilidades de acesso, tipos de benefícios e critérios, conforme identificação do perfil dos possíveis beneficiários.

Foi abordado sobre as possibilidades de trabalhos autônomos na Ocupação a partir das habilidades e potencialidades existentes entre os moradores, como forma de garantir o acesso a renda, assim como complementar a mesma, como por exemplo vendas, construção civil, trabalhos manufaturados e coleta de resíduos. Com intuito de informá-los sobre a possibilidade da formalização o trabalho autônomo, apresentou-se o Microempreendedor Individual (MEI) e seus benefícios. Após a Ação Educativa ouviu-se relato de uma moradora que trabalha de maneira autônoma e que formalizou por meio do MEI.

Discutiu-se sobre o conceito e funcionalidade de uma Cooperativa. O tema decorreu de uma alternativa sugerida pelos moradores, do desejo em se organizarem e buscarem formas coletivas de geração de trabalho e renda. Após falar sobre o conceito de cooperativa, foi discutido com eles se esta seria uma alternativa viável para atender aos seus interesses. Os moradores consideraram que esta pode ser construída, desde que seja fortalecida a união dos que têm interesse de participar da cooperativa.

Diante da realidade dos moradores e da possibilidade de acessar serviços públicos e equipamentos sociais, falou-se sobre a importância de manterem os documentos pessoais atualizados e bem conservados. Outra questão abordada foram os meios pelos quais podem ter acesso ao comprovante de residência, sendo estes em associações de moradores, e instituições religiosas - desde que possuam CNPJ e carimbo - e o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Dentre os resultados extraídos desta Ação Educativa estão as falas dos moradores, que reforçam a importância do curso profissionalizante para se especializar em uma

determinada área e, assim, obter mais sucesso na busca por um trabalho. Alguns moradores se interessaram por maiores informações de como adquirir o MEI. A liderança informou ter feito aquisição de máquina de costura industrial com interesse em iniciar trabalho autônomo. Os moradores concordaram que ter acesso ao conhecimento traz benefícios para a vida pessoal, profissional e amplia a possibilidade de trabalhos, emprego e renda.

5.1.5. Circuito Cultural

Dando seguimento às ações de educação não-formal, a equipe após experimentar no território as metodologias descritas anteriormente, percebeu a importância de trazer o lúdico como forma de dar leveza às discussões e de engajar mais moradores a participarem das atividades propostas. Pensou-se em levar música, cinema e arte para a Ocupação Guerreira Maria Felipa como uma forma de sensibilizar e estimular o acesso à cultura, já que na Ocupação poucos desenvolvem atividades ligadas à arte.

a) Música

O formato utilizado para o desenvolvimento da atividade do Circuito Cultural - Música foi inspirado no Swing & Prosa realizado pelo Grupo Participa Salvador em 2015 no bairro Engenho Velho da Federação. Foram definidos temas, músicas e perguntas para a discussão que tem relação com o contexto vivido pelos moradores da Ocupação (Figura 32).

Figura 32 - Banda do Circuito Cultural Música



Fonte: Acervo da equipe, 2018.

As músicas selecionadas permeiam diversos gêneros e períodos, a fim de garantir que os presentes tivessem identificação com elas. Considerando que as atividades geralmente ocorrem em um período de duas horas, foi definido um total de seis músicas e tempo máximo de 20 min para tocar e debater sobre os conteúdos. Elas foram:

- Xibom bombom - As meninas
- Nos Barracos da Cidade - Gilberto Gil
- Deixa o menino jogar - Natiruts
- Cidadão - Zé Geraldo e Renato Teixeira
- Alagados - Paralamas do Sucesso
- Psirico - Firme e Forte

A atividade ocorreu no dia 04 de setembro de 2018 e contou com a presença de 13 participantes¹². Foram convidados o Urbanista Adam Martem e o Professor e Arquiteto Urbanista João Maurício para formarem a banda junto com Rodrigo Machado, membro da equipe. Houve um imprevisto para a chegada da equipe na Ocupação e a atividade programada para começar às 19h, teve início apenas às 20h, por conta disto, foi possível tocar e debater apenas as três primeiras músicas pensadas anteriormente e uma quarta sugerida pelo professor João Maurício, a música Lute de Edson Gomes.

Com a apresentação das músicas sugeridas pelo grupo, discutiu-se acerca do acesso à direitos e bens de consumo conquistados em função da política governamental a partir do ano de 2003, segundo fala dos ocupantes. Os moradores também trouxeram questões sobre a importância do voto eleitoral e dos representantes políticos que são escolhidos por meio dele e como isso pode diminuir a desigualdade entre as classes sociais.

A educação foi mencionada por alguns moradores como um instrumento de luta para solucionar os problemas sociais, a exemplo, o investimento na educação das crianças como contribuição na construção de um futuro mais justo no País. Foi feito um contraponto entre os direitos que temos garantidos nas leis vigentes e a necessidade de se lutar para acessá-los. Para os moradores a luta não deve se limitar ao âmbito individual, mas sim ao coletivo, como é realizado na Ocupação Guerreira Maria Felipa. Alguns moradores também falaram sobre a necessidade de lutar e pensar a coletividade além dos familiares e vizinhos, abrangendo a todos cidadãos que estão na mesma situação.

¹² Por conta de conflitos ocorridos na Ocupação e do atraso da equipe, houve desmobilização dos moradores interferindo na quantidade de participantes normalmente presentes nas atividades desenvolvidas pela equipe.

Figura 33 - Imagem da lateral do Casarão com citação de moradora da Ocupação



Fonte: REIS, 2018; Elaborado pela equipe, 2018.

A atividade foi de grande relevância, despertando o interesse dos moradores presentes, que a consideraram uma maneira leve de finalizar o dia, mesmo debatendo sobre temas que retratam a difícil realidade vivenciada. Ao final sugeriram que mais atividades do mesmo caráter fossem realizadas.

b) Cinema

A primeira sessão de Cinema ocorreu no dia 11 de setembro de 2018 e contou com a presença de 21 (vinte e um) participantes. Considerando a importância dos temas ambientais para a realidade da Ocupação Guerreira Maria Felipa, foram escolhidos 7 pequenos curtas, com duração média de 2 minutos cada, elaborados pelo Instituto Akatu disponíveis na plataforma do YouTube, chamados de Consciente Coletivo (Figura 34 e 35). Os vídeos apresentam discussões relativas ao consumo consciente, disponibilidade e utilização dos recursos naturais, como as relações e ações coletivas interferem positiva e negativamente no meio ambiente e ao final apresentam ações coletivas e individuais que auxiliam a preservação do meio ambiente.

Figura 34 - Imagem da animação Consciente Coletivo Instituto Akatu



Fonte: CONSCIENTE..., 2010.

Figura 35 - Exibição do filme no Circuito Cultural Cinema



Fonte: Acervo da equipe, 2018.

A partir da exibição dos vídeos, discutiu-se sobre a importância da sensibilização e conscientização quanto às questões ambientais e sobre os impactos das ações antrópicas no ambiente, seja negativa ou positivamente. Temas como consumo consciente de bens e serviços, água e energia foram abordados, bem como o processo produtivo desses bens, do abastecimento e tratamento da água e como ela chega encanada para consumo, e a produção energética.

Ao final, a série de vídeos traz alternativas de boas práticas que auxiliam na manutenção positiva do meio ambiente e reforça a importância de uma ação em cadeia, com participação de todos.

5.1.6. Mão na Massa

A atividade, intitulada Mão na Massa, foi pensada para desenvolver de forma coletiva um espaço de lazer e convivência na Ocupação. Demanda sempre trazida pelos moradores, e pautada na vontade de deixar no território uma experiência prática do processo de Assistência técnica que visa estimular ações autônomas, e melhorar a condição da moradia ao proporcionar para as famílias um local de interação, descanso e brincadeira.

Figura 36 - Separação de pneus para construção do Mão na Massa



Fonte: REIS, 2018.

Figura 37 - Crianças participando da construção do Mão na Massa



Fonte: REIS, 2018.

Figura 38 - Construção do Mão na Massa



Fonte: REIS, 2018.

Figura 39 - Finalização da construção Mão na Massa



Fonte: Crianças da Ocupação Guerreira Maria Felipa, 2018

6. PROPOSIÇÕES RELATIVAS À PROPOSTA INDIVIDUAL

Com o objetivo de estimular a autonomia dos moradores e trocar conhecimentos capazes de melhorar as condições físicas e sociais da Ocupação, foram promovidas ações práticas com a intenção de consolidar e potencializar espaços coletivos e de convivência na ocupação, percebendo a importância que eles teriam no contexto vivido pelos moradores, evidenciado no diagnóstico. A proposta se baseou na análise dos espaços, e suas potencialidades, para definir as ações, e traçar diretrizes.

PARA O CASARÃO

Já existiam diversos planos para o casarão e expectativa por parte de muitos dos moradores de vê-lo funcionando com atividades geradoras de renda, lazer e educação. Mas, para colocar esses planos em andamento, organizar essas atividades primeiro era preciso estruturar o casarão, cobrir e fazer alguns reparos, apesar de existirem materiais para reparar o casarão e pessoas que sabem realizar os serviços de construção dentro da ocupação, poucas se voluntariavam em ajudar, ficando o trabalho para apenas um ou dois moradores que muitas vezes se desmotivavam. Essas questões foram organizadas em uma análise SWOT :

FORÇAS

- Estrutura de uma casa (Casarão), com potencial para ser um espaço coletivo
- Áreas livres no entorno do Casarão
- Existência de material para reparar o Casarão
- Moradores que trabalham com construção civil

FRAQUEZAS

- Falta de motivação dos moradores
- Problemas de infraestrutura na Ocupação
- Desconforto das habitações

AMEAÇAS

- Insegurança sobre a posse do terreno

OPORTUNIDADES

- Espaço para discussão e articulação em oficinas desenvolvidas pelos residentes
- Profissionais interessados em incentivar e apoiar ações na comunidade

Diante dessas questões foi percebida a importância, de evidenciar e discutir com os moradores os benefícios que o Casarão poderia trazer para a Ocupação caso ele fosse coberto. Para promover a discussão foi montada a oficina " O que queremos para o casarão". Durante a oficina foi levantado com os moradores que tipos de usos cada um gostaria para o Casarão, e selecionados os que poderiam funcionar melhor, eram viáveis e mais interessantes do ponto de vista coletivo. Foi usada uma maquete de apoio para que os participantes da oficina visualizassem cada cômodo, e definissem como os usos pensados para Casarão poderiam ser distribuídos nos ambientes.

A oficina, teve a intenção de despertar um maior interesse os moradores de ver o Casarão funcionando e assim levá-los a contribuir e unir esforços para fazer os reparos necessários, e terminar de cobrir o casarão. Como resultado foi possível organizar alguns mutirões e terminar a cobertura. A oficina também possibilitou o desenvolvimento de uma proposta de arquitetura para o interior do Casarão a partir do programa de necessidades gerado.

Figura 40 :Mutirão para cobertura do Casarão



Fonte: Vanessa Dantas. Acervo RAU+E

Figura 41 : Casarão coberto



Fonte: Acervo da Ocupação Guerreira Maria Felipa

A partir dos usos sugeridos pelos moradores durante a oficina, surgiu o programa de necessidades abaixo, que pautou a proposta de layout para o Casarão, pensando em matérias reutilizados e em alternativas de baixo custo.

- PROGRAMA :
- Espaço multiuso
 - Brinquedoteca
 - Sala de costura
 - Biblioteca/
Sala de estudos
 - Sala para cursos/
artesanato
 - Cozinha comunitária
 - Sanitário
 - Depósito



Figura 42: Planta Baixa- Casarão

Fonte: Vanessa Dantas. Acervo RAU+E



ESPAÇO MULTIUSO

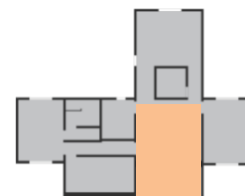


Figura 43: Perspectiva do Espaço multiuso. Fonte: Vanessa Dantas. Acervo RAU+E

O vão de entrada do Casarão por ser o espaço principal e com maiores dimensões, foi destinado a um local multiuso, que deve ficar livre de mobiliários, para ser organizado de acordo com a atividade que será desenvolvida (Reuniões, palestras, cultos, etc.). É a função que ele já tem hoje, quando necessário essa área era coberta provisoriamente.

BRIQUEDOTECA

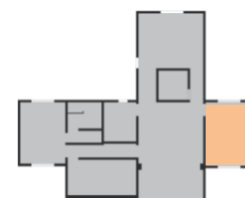


Figura 44: Perspectiva da Brinquedoteca. Fonte: Vanessa Dantas. Acervo RAU+E

A sala contígua ao Espaço multiuso foi pensada para funcionar como uma brinquedoteca, um espaço dedicado às crianças e que pode servir também de apoio para os pais acomodá-las durante atividades desenvolvidas no Casarão. Estruturada com materiais simples, prateleiras de caixotes, caixas de frutas para guardar brinquedos, tatames.

SALA DE COSTURA

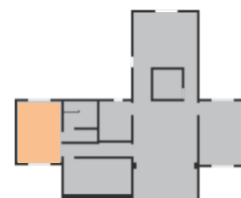


Figura 45: Perspectiva da Sala de costura. Fonte: Vanessa Dantas. Acervo RAU+E

Existe por parte da liderança e de algumas moradores a vontade de montar uma sala com maquinas de costura, para reunir pessoas interessadas em ensinar e aprender à costurar e fazer desse ofício uma fonte de renda para contribuir no orçamento das famílias.

SALA DE ESTUDO/ BIBLIOTECA

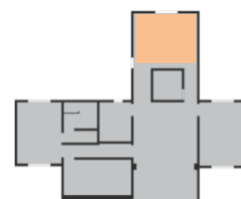


Figura 46: Perspectiva da Biblioteca. Fonte: Vanessa Dantas. Acervo RAU+E



Figura 47: Perspectiva da Biblioteca. Fonte: Vanessa Dantas. Acervo RAU+E

Já existe no casarão um espaço com algumas prateleiras e livros que foram doados para montar uma biblioteca, a ideia é transferir esse material para o cômodo destacado acima, por ser mais amplo, e usar materiais como carretéis de linha para estruturar as mesas e pneus para os bancos. Criando um ambiente de estudo e pesquisa, para

SALA PARA CURSOS

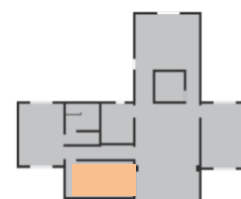


Figura 48: Perspectiva da Sala para cursos. Fonte: Vanessa Dantas. Acervo RAU+E

Existem moradores da Ocupação que trabalham com coleta de recicláveis, seria interessante ter no casarão um espaço que forneça cursos para ensinar formas de beneficiar esses materiais, criando novos objetos e utensílios, trazendo uma nova possibilidade de geração de renda. Sugestão de fazer duas bancadas com porta sustentada por cavaletes.

COZINHA



Figura 49: Perspectiva da Cozinha. Fonte: Vanessa Dantas. Acervo RAU+E

No espaço que era a cozinha da casa, foi sugerido manter o uso, criando uma cozinha coletiva, pois quando ocorre evento na Ocupação é preciso que algum morador disponibilize sua cozinha, dessa forma teria um local apropriado para apoiar os eventos e atividades na Ocupação, e até incentivar que eles ocorram com maior frequência. Proposta de criar um passa pratos para possibilitar uma interação entre a cozinha e a área externa.

ÁREA EXTERNA

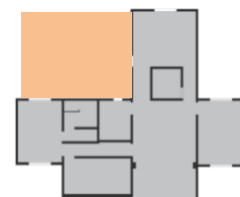


Figura 50: Perspectiva da Área Externa . Fonte: Vanessa Dantas. Acervo RAU+E

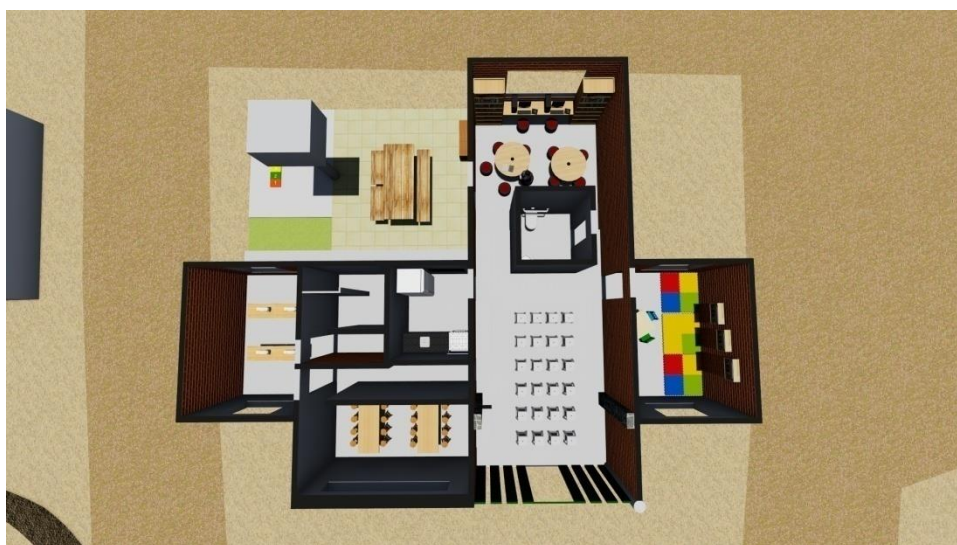


Figura 51: Perspectiva da proposta para o Casarão. Fonte: Vanessa Dantas. Acervo RAU+E

A proposta para o Casarão partiu das discussões com os moradores, e levantamento dos usos que seriam interessantes para eles, buscando principalmente possibilidades de geração de renda para melhorar a condição financeira das famílias, e apoiar na educação e no lazer. Sugerindo materiais acessíveis e de baixo custo, para estruturar os espaços.

PARA O ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA- Mão na massa

Levanto em consideração o contato com os moradores, e a realização do cadastro, onde muitos manifestavam a vontade de ter na Ocupação espaços de lazer que contemplassem principalmente as crianças. A ação educativa, relativa aos espaços comuns buscou perceber dentro de uma perspectiva mais coletiva como os moradores visualizavam a importância dos espaços coletivos.

Como já mencionado nesse trabalho, na parte das Ações Educativas, durante a Ação foi levantada a compreensão que os moradores tinham do espaço e da relação entre o lote e os espaços comuns e a necessidade de não ocupar todo o terreno com as habitações, para permitir os espaços de circulação, lazer e convivência. Dentro dessa perspectiva foram mostradas práticas de implantação de pequenas pracinhas em outros territórios, com mobiliários de materiais acessíveis, para perceber a reação dos moradores e despertar o interesse em implantar na Ocupação soluções inspiradas nas ideias apresentadas.



Figura 52: Ideias apresentadas na Ação Educativa para os Espaços Comuns. Fonte: Pinterest

A reação das pessoas presentes foi de interesse e empolgação para desenvolver ao lado do Casarão um espaço de lazer e convivência. Esse local já havia sido apontado na Oficina do mapeamento, como lugar de encontro e convivência dos moradores. Prática que foi presenciada durante as idas a comunidade. Os adultos colocavam cadeiras embaixo das árvores, ou se sentavam no reservatório de água existente, e as crianças corriam e se penduravam nas árvores, por isso quando apontada a ideia de se implantar a pracinha nesse espaço, ela nem foi contestada, com certeza a implantação dos mobiliários nesse local ampliaria ainda mais seu uso.



Figura 53: Local da implantação. Fonte: Reis, 2018

Diante do interesse dos moradores foi idealizada a Oficina do mão na massa para que de forma coletiva e autônoma os moradores juntamente com os residentes e alguns colaboradores colocassem a ideia em prática. Semanas antes da execução foram enviadas imagens que simulavam como ficariam os mobiliários para os moradores visualizassem as ideias no espaço, motivando-os a conseguirem os pneus e a se programarem para a atividade.



Figura 54: Simulação das ideias no território . Fonte: Vanessa Dantas. Acervo RAU+E

O mão na massa aconteceu, e após um dia de muito trabalho e envolvimento das crianças e de muitos moradores a pracinha ficou pronta. As crianças ficaram muito felizes quando viram finalizado o espaço que elas ajudaram a construir, e durante a atividade já estavam aproveitando E os moradores vivenciaram na prática a sensação de que com articulação e organização é possível fazer de pequenas ações um grande retorno para todos da Ocupação.



Figura 55: O espaço de convivência. Fonte: Vanessa Dantas. Acervo RAU+E



Figura 56: O balanço. Fonte: Reis, 2018

A implantação da pracinha teve a intenção de ser uma experiência motivadora para realização de novas ações, como o desenvolvimento dos mobiliários propostos para Casarão, e a estruturação de outras áreas potenciais. Além de deixar no território um espaço de interação e lazer para famílias.

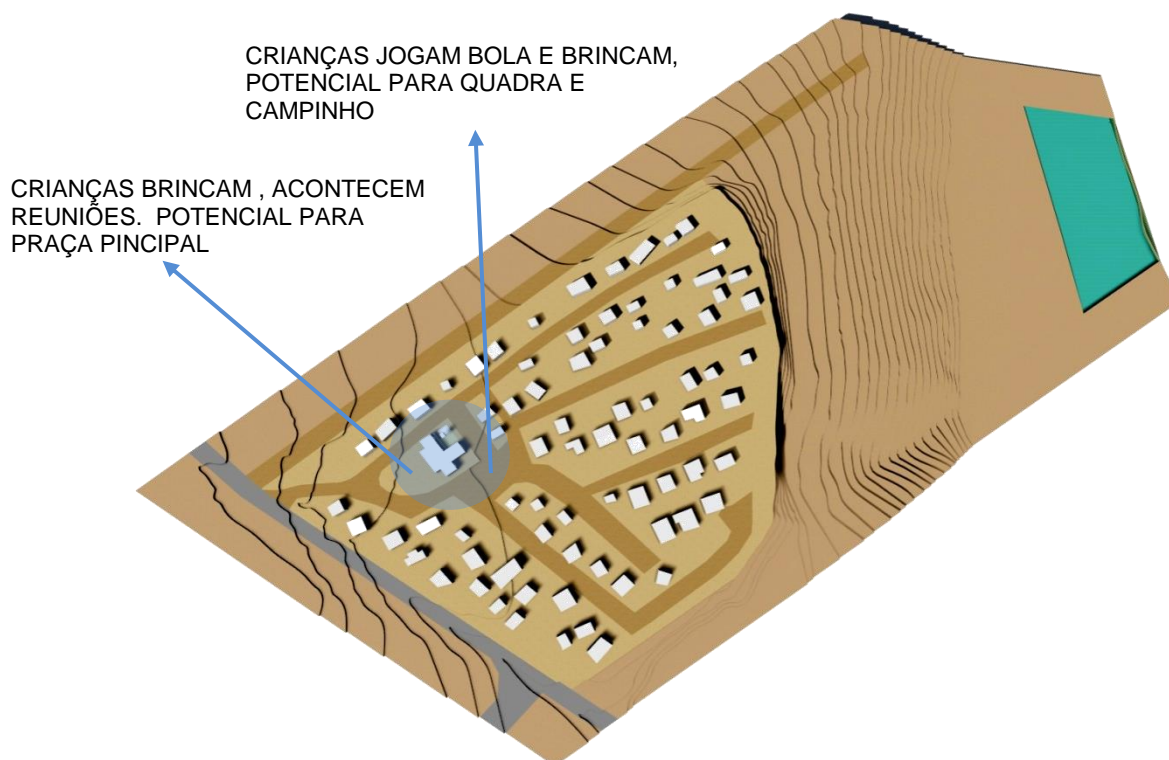


Figura 57: Espaços potenciais. Fonte: Vanessa Dantas. Acervo RAU+E

ESCALA
0 5 10 20

Referências

ALVES, Rubens. **O amor que acende a Lua**. 8ª Ed. Editora Papirus. São Paulo, 2003.

AMANAJÁS, Roberta; KLUG, Leticia. Direito à Cidade, cidades para todas e estrutura sociocultural urbana. In: COSTA, Marco Aurélio; MAGALHÃES, Marcos Thadeu Queiroz; FAVARÃO, Cesar Bruno (Org.). **A Nova Agenda Urbana e o Brasil: Insumos para sua construção e desafios a sua implementação**. Brasília: Ipea, 2018. Cap. 2. p. 29-44. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180529_a_nova_agenda_urbana_e_o_brasil.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2018.

ARAÚJO, D.; ROCHA, E.; GOMES, J.; STANZIOLA, L.; PESSOA, T.; Membros dos Guerreira Maria. **A Luta da Guerreira Maria pelo Direito à Cidade**. Artigo ainda não publicado, mas fornecido por membros que elaboraram a título de pesquisa. Página 1 – 15, Salvador, BA, 2017.

ARAÚJO, Heloísa Oliveira de; FERNANDES, Rosali Braga. Las políticas de la vivienda en Brasil. **Derecho A La Vivienda y A La Ciudad**, Madrid, n. 6, p.122-157, 2010.

BARRETO, Renée Buzahr Fontes. **Pós-Regularização Fundiária: Transformações no ambiente construído de ocupações informais tituladas, em Salvador-BA (2002-2010)**- Dissertação de Mestrado PPGAU, 2012

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 5 de outubro de 1988.

_____. Lei nº 10.257, de 10 de Julho de 2001. **Estatuto da Cidade**: Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, 2001.

_____. **Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. Publicada no DOU de 17.6.2005.

_____. Lei nº 11.888, de 24 de Dezembro de 2008. **Assegura às famílias de baixa renda Assistência Técnica Pública e Gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei nº 11.1124, de 16 de junho de 2005**. Brasília, 24 de dezembro de 2008. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11888.htm>. Acesso em: 10 de setembro de 2017.

_____. **Política habitacional e a integração de urbanização de assentamentos precários: parâmetros conceituais, técnicos e metodológicos**. Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação. Brasília, 2008. Disponível em: <www.cidades.gov.br>. Acesso em: 9 mai. 2014.

Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação. **Urbanização de Favelas: a experiência do PAC**. Brasília, 2010. Disponível em: <www.cidades.gov.br>. Acesso em: 9 mai. 2014.

CAMPOS FILHO, Candido Mal. **Reinvente seu Bairro: Caminhos para você participar do planejamento de sua cidade**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2010. 224 p.

CARNEIRO, Daniel Marostegan e. **A construção das cidades: processos educativos em uma transformação urbana**. 2008. 172 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

CONSCIENTE Coletivo (Série). Realização de Instituto Akatu, Canal Futura e A Hp do Brasil. 10 episódios. São Paulo, 2010. son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IBuJHI-PTYc&list=PL66CCA3EE20459CF3>>. Acesso em: set. 2018.

DIEESE (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS). **Metodologia da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos**. São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica2016.pdf>>. Acesso em: 20/04/2016.

ESPINHEIRA, Gey. **A cidade invisível e a cidade dissimulada**. In: Quem Faz Salvador?/ Paulo Costa Lima e Ana Maria de Carvalho Luz. Universidade Federal da Bahia, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17^a. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 3, 1987.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. E-PUB.

GEHL, Jan. **Cidade Para Pessoas**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010. 262 p.

GEHL, Jan; SVARRE, Birgitte. **A Vida na Cidade: Como estudar**. São Paulo: Perspectiva, 2018. 184 p.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política**. São Paulo: Cortez, 1999.

GORDILHO-SOUZA, Angela. **Limites do Habitar**. 2. ed. Salvador: Edufba, 2008. 496 p.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. 3. ed. São Paulo: Editora Wmf Martins Fontes, 2011. (Coleção cidades).

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MAGALHÃES, Alex Ferreira. **O Direito das Favelas**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. 462 p.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. 3. ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2014.

MASCARÓ, Juan Luis. **Loteamentos urbanos**. 2. ed. Porto Alegre: Masquatro Editora, 2005.

MIRANDA, Luiz Cezar dos Santos. **Vizinhos do (in)conformismo: O Movimento dos Sem Teto da Bahia entre a hegemonia e a contra-hegemonia**. 2008. 162 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2008.

Organização das Nações Unidas (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Assembleia Geral da ONU. Paris, 1948. Disponível em: <https://declaracao1948.com.br/declaracao-universal/declaracao/?gclid=Cj0KCKQiA8_PfBRC3ARIsAOzJ2uqS_58B2Ts5pUYoqcZruxuRm5eW6dX_ySLIZgJ1ovrRDxz5ZYa0SzYaAmG5EALw_wcB>. Acesso em: 27 nov. 2

SALVADOR. Prefeitura Municipal de Salvador. **Lei nº 3.525/85: Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador (PLANDURB)**. Prefeitura Municipal, Salvador, 1985.

SAMPAIO, Antonio Heliodório Lima. **Formas Urbanas: cidade real & cidade ideal contribuição ao estudo urbanístico de Salvador**. 2. ed. Salvador: Quarteto, 2015. 542 p.

SANTOS, Boaventura de Sousa; CHAUI, Marilena. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2014. E-PUB.

SANTOS, Maria Elisabete Pereira dos (et. al.). **Atlas sobre o direito de morar em Salvador**. Salvador: Ufba, Escola de Administração, Ciags: Faculdade 2 de Julho, 2016. 196 p.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. 120 p. (Coleção Milton Santos; 12).

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 27. ed. São Paulo: Malheiros, 2006 *apud* RANGEL, Helano Márcio Vieira; SILVA, Jacilene Vieira da. **O Direito Fundamental à moradia como mínimo existencial, e a sua efetivação à luz do Estatuto da Cidade**. Veredas do Direito, Belo Horizonte, v. 6, n. 12, p.57-78, jul./dez.2009. Disponível em : <http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/viewFile/77/132>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

SOUZA, Marcelo Lopes de; RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento urbano e Ativismos Sociais**. São Paulo: Unesp, 2004. 136 p. (Coleção Paradidáticos - Série sociedade, espaço e tempo). e-PUB.

REIS, Diana de Oliveira Souza. **Fotos Mão na Massa - Ocupação Guerreira Maria Felipa 29 de setembro de 2018**. Salvador, 2018.

TOSTA, Aline Oliveira. **A dimensão espacial do direito à cidade: acesso à equipamentos públicos e infraestrutura no Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana de Salvador (2009 - 2015)**. 2016. 142 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

MARICATO, Ermínia. **A cidade é um grande negócio**. Teoria e Debate, nº 3, junho de 1988.

LELIS, **Ocupações urbanas: A poética territorial da política**; Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belo Horizonte, MG, Brasil. 2016